



1                                   **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**

2                                   **URC LESTE MINEIRO**

3                                   **ÍTEGRA DA ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 23/07/2010**

4 MARIA HELENA, SUPRAM LESTE - senhoras e senhores muito boa tarde, é com muito  
5 prazer que a SUPRAM Leste Mineiro recebe os conselheiros do COPAM pra mais uma  
6 reunião, a 56ª Reunião Ordinária, hoje com uma alteração que a presidente vai ser uma  
7 Superintendente conforme foi acertado com o secretário, agora, os presidentes das URC's serão  
8 os próprios Superintendentes de outra SUPRAM, então há uns quinze dias atrás nós fomos a  
9 Montes Claros para presidir a URC de lá e hoje nós temos então a Superintendente da Região  
10 Norte para presidir a nossa URC, então nós vamos dar início a nossa reunião dando boas  
11 vindas a todos vocês e ouvindo o Hino Nacional Brasileiro. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
12 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO - boa tarde, pra todos os Superintendentes foi uma  
13 surpresa essa, esse modo do Dr. Shelley conduzir a presidência da suplências dele e, pra nós  
14 Superintendentes nós estamos vendo que será uma experiência impar, conhecer as  
15 peculiaridades, dificuldades, as tipologias das outras regionais, eu estou a Montes Claros a  
16 quase três anos e vivemos problemas que pra nós são seríssimos, má proteção da Mata Seca,  
17 Veredas, projetos Jaibas que é um orgulho pra nós, mas não deixa de ser ainda um problema  
18 sem resolvido e estou vendo que aqui também tem as suas peculiaridades mas a riqueza muito  
19 diferente, então hoje conversando com a diretora, com os jurídicos eu fui ver a riqueza que é a  
20 Regional aqui e principalmente a disponibilidade hídrica que tem que ser dado valor a ela, que  
21 no norte nós não temos, é incrível, quando eu cheguei no Norte eu fiquei horrorizada, na minha  
22 primeira viagem gente, numa curva na estrada um gado fincado numa estaca secando ao tempo,  
23 não tem pasto, não tem gado, quando tem carne a carne é cara, então eu acho que a gente tem  
24 que repensar muito nas nossas atitudes, principalmente no sentido de valorizar o que a gente  
25 tem e agradecer também, estou encantada, hoje o técnico Nívio me deu uma aula de, da  
26 situação da região que é muito rica, empresas grandes e importantes também que geram  
27 empregos, né prefeita, então parabéns pela região de vocês que eu estou vendo que é muita  
28 coisa que tem aí. MARIA HELENA, SUPRAM – eu gostaria de pedir desculpas, mas a nossa  
29 presidente chama-se Laís Fonseca dos Santos. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
30 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – bom, vamos passar para o item 3 da nossa pauta  
31 que é comunicado dos conselheiros. Nada a acrescentar? Passando para o **item 4 da pauta**  
32 **Processo Administrativo para Exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de**  
33 **Instalação: 4.1 Renova Energia S.A – PCH Figueirinha II / Barragens de geração de**  
34 **energia – Hidrelétricas – Guanhães e Virginópolis/MG – PA/COPAM/Nº**  
35 **13749/2008/001/2009– Classe 03 – Apresentação: Supram Leste Mineiro.** em discussão.  
36 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – eu tenho um pedido aqui na  
37 condicionante 21 apresentar um estudo referente à avaliação ambiental integrada da Bacia  
38 hidrográfico do Rio Corrente Grande onde seja considerado somatório restante dos impactos  
39 ambientais e demais empreendimentos semelhantes que serão instalados nessa bacia sobre a  
40 PCH Figueirinha II e sobre o restante da bacia, bem, o meu entendimento e o entendimento da  
41 Federação nesse caso que isso, esses estudos são estudos que tem que ser realizados pelo  
42 governo, o governo estadual que tem que fazer o levantamento da potencialidade da bacia, eu  
43 como sou também integrantes de alguns Comitês de Bacias aqui além do Doce, eu sou  
44 representante do Doce e represento Comitê do Suassui, sou vice presidente, e alguns outros, se  
45 eu for falar eu fico a tarde inteira falando de Comitê aqui, através do Comitê do Suassui nós já  
46 fizemos uma moção ao governo do estado pedindo o levantamento da potencialidade hídrica de



47 cada rio, cada bacia, aquela bacia e os seus rios que integram ela, até hoje nós não obtivemos  
48 ainda retorno do governo do estado através da secretaria de meio ambiente e a minha proposta  
49 aqui é da retirada dessa condicionante e eu tenho uma proposta de uma moção também já como  
50 uma sugestão de formar um grupo pra fazer esse estudo que eu acho ainda que é competência  
51 do estado, nós temos um ZEE, Zoneamento Ecológico Econômico, que a gente tem que  
52 trabalhar em cima dele, já é um estudo que o estado já tem por princípios, sendo que ele já está  
53 sendo utilizados, se ele não contempla isso tudo, que melhore esse estudo, mas que o estado  
54 que faça esse estudo e não o empreendedor ter mais esse ônus de fazer esse levantamento, a  
55 gente sabe da importância desses estudos, tem que haver mesmo porque senão daqui uns dias  
56 nós vamos ter aí unidades hidrelétricas no rio e nós não vamos ter água como lá no Norte de  
57 Minas a gente sabe, a gente participa dos comitês de bacias do Jequitinhonha lá e eu também  
58 estou lá em cima, então a gente sabe da dificuldade hídrica dessas regiões, então não adiante  
59 também, se você não estiver um estudo, colocar lá e ter um elefante branco no futuro, então.  
60 LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – conselheiro,  
61 só a título de informação, esse grupo seria formado vários seguimentos ou só se restringiria ao  
62 governo. MARCO ANTONIO, FIEMG – o grupo seria o governo, empreendimentos e Comitês  
63 de Bacias, eu tenho já uma moção rascunhada aqui, mas eu queria saber dos conselheiros aqui  
64 se todos estariam de acordo com isso. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
65 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – algum conselheiro quer se manifestar? AFONSO  
66 LUIZ BRETAS, FAEMG – Marco Antônio, eu acho que é pertinente seu pedido porque eu  
67 entendo que o governo que tem que deter, digamos, os estudos dos potenciais hidro-energéticos  
68 das Bacias. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO –  
69 mais algum conselheiro quer se manifestar? FRANKLIN OTÁVIO COELHO MENDONÇA,  
70 SEDRU – eu gostaria só de tirar uma dúvida aqui, página 29 de 36, 3º parágrafo aí,  
71 consolidada a criação de criadores da Mata Atlântica, não seriam corredores? NIVIO,  
72 SUPRAM LESTE – você tem razão, seriam os corredores da Mata Atlântica, isso foi um erro  
73 de digitação, foi por causa da criação ali né, mas o termo correto é corredores de Mata  
74 Atlântica com certeza. FRANKLIN OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – em relação  
75 a condicionante 21 também temos a mesma posição do conselheiro Marco Antônio,  
76 entendemos que isso aí não é responsabilidade de um dos usuários responder pelos impactos  
77 dos demais. ELISA COSTA, PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES - eu queria  
78 apenas argüir a equipe da SUPRAM qual foi a propostas quando essa condicionante foi  
79 apresentada de um estudo referente a avaliação ambiental integrada, qual que é a idéia que está  
80 sendo apresentada para que a gente possa avaliar melhor a proposta inclusive do conselheiro  
81 Marco Antônio. NIVIO, SUPRAM LESTE – realmente essa condicionante 21, ela foi colocada  
82 exatamente com esse objetivo, provocar um debate aqui nesse conselho, porque nós  
83 entendemos que até o momento a gente, vinha licenciamento de PCH's, então quando você  
84 analisa o impacto ambiental de uma PCH isoladamente ele é relativamente pequeno, acontece  
85 que a quantidade de empreendimento semelhantes é muito grande, então quando você vê aqui  
86 no rio uma série de PCH's em sucessivas, então esse é o motivo da nossa preocupação, ou seja,  
87 meio ambiente você não pode fazer, ter uma visão isolada e fragmentada de meio ambiente,  
88 você tem que olhar a coisa de uma forma integrada sim, exemplo, nós temos aqui a Usina de  
89 Baguari, 160 km abaixo dela é a Usina de Aimorés, nesses 160 km são previstos mais duas  
90 usinas hidrelétricas, o rio Doce é um rio Federal considerado rio de primeira ordem, então aqui  
91 nós já vamos ter quatro usinas hidrelétricas num trecho de 160 km, os rios estaduais afluentes  
92 do rio Doce que são chamados de segunda ordem, nós estamos verificando várias PCH ao  
93 longo deles, nos ribeirões afluentes desses rios que são os chamados de terceira ordem já foram  
94 licenciados as duas GCH's aqui, então, a nossa preocupação é o seguinte, daqui a dez, vinte  
95 anos nós não vamos ter mais rios na região, nós vamos ter uma série de lagos, agora, o quê que



96 acontece quando você transforma um rio numa série de lagos, a ictiofauna de água corrente vai  
97 desaparecer com certeza, quando você faz uma ou outra você ainda deixa um espaço ali, mas  
98 quando você coloca cinco, seis PCH's em série como está previsto, fatalmente, nós não vamos  
99 ter mais peixes nos nossos rios aqui, eles vão desaparecer com certeza, além disso nesses  
100 estudos aqui dessas discussões de PCH tem havido muita discussão com relação a área de  
101 preservação permanente se vai ser de 30, 50, 100 metros e tal, até agora não está se dando a  
102 devida atenção a alteração da qualidade da água de um rio que vai ocorrer quando você  
103 transforma ele de água corrente para água parada, essa condicionante é pra chamar atenção pra  
104 esse fato sim, você modifica o rio, um rio, quer dizer, um curso de água, um rio, por exemplo,  
105 ele respira através de suas corredeiras, quando você transforma um terço da extensão do rio em  
106 água parada, quer dizer, além do impacto na ictiofauna que você vai causar, os peixes da água  
107 corrente vão desaparecer, a qualidade da água dele vai alterar sim, a capacidade de alto  
108 depuração do rio, quer dizer, aquela reoxigenação durante as corredeiras no rio você tem uma  
109 troca de gases ali nas águas do rio, aqueles gases da resultante da decomposição de matéria  
110 orgânica saem pra atmosfera e ao mesmo tempo as águas do rio são reoxigenadas também,  
111 quando você cria uma série de lagos você impacta diretamente a capacidade de alta depuração  
112 do rio e até o momento ninguém está observando isso, a discussão está toda centrada em termo  
113 de APP se é 30 ou 100 metros, então nós estamos chamando atenção, isso tem que ser olhado  
114 com cuidado e não está sendo olhado, nós não podemos olhar também só um PCH  
115 isoladamente, os estudos ambientais mostram só aquele pedacinho, então realmente não tem,  
116 mas nós temos obrigação de olhar a coisa como um todo, e outra coisa também é o seguinte,  
117 meio ambiente não é uma ciência exata, se ele fosse só meio físico a gente poderia considerar  
118 como ciência exata, ciência exata é dois mais dois é quatro em qualquer lugar e em qualquer  
119 momento, mas quando você introduz meio biótico na coisa ele deixa de ser ciência exata e por  
120 causa do meio biótico dois mais dois pode ser três, pode ser quatro, pode ser cinco, então, esse  
121 é motivo pra gente, estamos chamando a discussão sobre esse aspecto e como que nós vamos  
122 ficar daqui a dez, vinte anos, nós não vamos ter mais rio na região, nós vamos ter uma série de  
123 lagos, seria interessante olhar aqui na página 27, isso aí é uma projeção futura do quê que vai  
124 ocorrer com o Rio Corrente Grande, em linha reta, foi feito um estudo assim em mapa, então  
125 considerando linha reta, o Rio Totó tem 186 km, em linha reta ele dá mais ou menos 146, então  
126 o quê que vai acontecer com ele, da nascente até o km 19 ele é rio, do km 19 até o km 90, ou  
127 seja, um trecho de 70 km estão previstas ter seis PCH's nele, então essas seis PCH's num  
128 trecho de 70 km a soma dos lagos dos reservatórios aí vai dar 44 km, então imagina, o 70 km  
129 de rio Corrente só vai ter 44 km de reservatórios dele e nesse pedaço aí você vai ter só 27 km,  
130 divididos em cinco fragmentos de rio, então quer dizer, você vai deixar 70 km líquido do  
131 trecho rio Corrente praticamente sem peixe, a ictiofauna de água corrente com certeza vai  
132 desaparecer, ela não vai ter espaço né, que uma PCH termina daí a 4 km começa outra, então  
133 veja bem, do km 19 até o km 70 terão 6 lagos ali em diante, depois do km 90 então tem 51 km  
134 de trecho de rio, só que, devemos lembrar quem vai pra Belo Horizonte, Ipatinga hoje já vê os  
135 5 km finais do rio Corrente não existem mais, aquele remanso que a gente vê ali do rio  
136 Corrente a gente passa sobre ele, então, esse, quer dizer, só que isso vai acontecer com o rio  
137 Doce, com o rio Corrente, com o rio Santo Antônio, todos os rios da região praticamente vão  
138 estar previsto acontecer isso com eles, então aí que tá necessidade fazer estudo integrado né,  
139 hoje a gente só está avaliando um impacto de uma PCH isoladamente, nós não podemos fazer  
140 isso, com relação ao estado fazer o estudo, eu não concordo com isso porque o estado não faz o  
141 estudo, não é o estado que está causando esse impacto, outra coisa, todo empreendedor tem a  
142 obrigação de fazer esse estudo, qual a diferença dele fazer o estudo da área dele e olhar um  
143 pouquinho mais longe, o estudo é praticamente o mesmo é claro, é um estudo mais complexo,  
144 mas se ele já tem uma obrigação de fazer um EIA/RIMA dos impactos que ele vai causar,



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

145 porque que ele não abre um pouquinho mais, dá um zum um pouco maior nisso daí, o estudo é  
146 o mesmo, ele já vai fazer esse estudo mesmo, ele só tem que fazer uma visão mais ampla da  
147 coisa, é claro que a estratégia do empreendedor ele não quer fazer isso, ele quer saber só de  
148 olhar o lado dele e esquecer de olhar o lado em volta, mas nós temos a obrigação de chamar a  
149 atenção pra isso, meio ambiente por definição não é uma coisa isolada, é uma coisa mais  
150 ampla, se ele já vai fazer um estudo de impacto porque que ele não olha um pouquinho mais a  
151 frente e um pouquinho mais a traz, ele já vai fazer isso mesmo, é só questão de melhorar o  
152 alcance da visão dele. ELISA COSTA, PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES - eu  
153 vou também fazer uma consideração sobre esses dois pontos de vista, primeiro assim, a  
154 SUPRAM está fazendo um alerta que o Comitê da Bacia, nós temos estados atentos a esta  
155 situação, realmente o Rio Doce e os diversos afluentes estão recebendo um conjunto  
156 significativo de além de PCH's também algumas usinas hidrelétricas ao longo do curso, é claro  
157 que isso vai alterar a historia do rio e das cidades né, nós temos que estar acompanhando de  
158 uma forma mais atenta, o excesso é ruim e a escassez também, o excesso de chuvas no rio  
159 Doce provoca as inundações, a escassez agora nos preocupa com a estiagem a redução do  
160 volume de água do rio Doce, inclusive em Valadares porque estamos atentos com a  
161 preocupação com a captação, o rio realmente o seu nível está muito baixo, não choveu esse  
162 ano, do ano passado pra cá, nas cabeceiras né, isso até nos traz também um cuidado  
163 acompanhar agora permanentemente, aliás temos até orientação de começar a pensar em  
164 outros afluentes pra captação de novos empreendimentos de águas em Governador Valadares,  
165 então estamos atentos a isso, mas eu queria registrar que eu acho que precisão  
166 compartilhamento sim de responsabilidades até porque esse processo ele envolve muitos  
167 atores, municípios, estados, governo federal, o comitê da bacia, o empreendedor que também  
168 tem que se responsabilizar nesse papel, então eu acho que tem que somar aí a responsabilidade  
169 também coletiva, eu acho que tem que ter realmente uma condicionante que faça com que o  
170 empreendedor se responsabilize junto com o comitê da bacia, e hoje temos um plano aprovado  
171 de recuperação da bacia do rio Doce para os próximos 20 anos né, e eu até tinha me esquecido  
172 de falar isso no inicio, acho que foi uma vitória no nosso Comitê nós já termos então aprovado  
173 o nosso plano para um projeto de 20 anos de recuperação da bacia que inclui também  
174 avaliações das PCH's em todo seu curso, então quero registrar, não sei como a gente, eu  
175 alteraria um pouquinho, mas o fato assim, ter um compromisso, não sei se todo compromisso  
176 né, mas eu acho que partilhar esse compromisso com o que já está no plano de recuperação da  
177 bacia e também o empreendedor também está atento e o próprio Comitê também junto com o  
178 próprio COPAM e a SUPRAM também começar a pensar formas de compartilhar essas  
179 responsabilidades, eu não sei o termo correto, não consegui aqui elaborar mas eu acho que a  
180 avaliação feita pela SUPRAM, ela nos remete uma reflexão do presente e do futuro, mas  
181 considero que nem tudo deve ser para o empreendedor, mas ele também tem que ter a parte  
182 importante dela de responsabilidade, até porque estamos trabalhando para até o final do ano  
183 termos uma agência de bacia, em 2011 iniciarmos a cobrança pelo uso da água e aí todos vão  
184 participar desse processo né, os empreendedores, os municípios, os usuários, enfim, vai ter  
185 realmente uma responsabilidade que vai se somar aos recursos do governo estadual e do  
186 governo federal, mas também quem utiliza a água vai contribuir efetivamente, se tudo  
187 caminhar conforme o cronograma previsto a exemplo do que já está acontecendo no São  
188 Francisco, da cobrança do uso da água para reverter na recuperação da bacia, então acho que  
189 tínhamos que pensar um novo texto aí onde a gente compartilhem responsabilidades com o rio  
190 Corrente e demais rios que hoje vão precisar desse cuidado ambiental. NIVIO, SUPRAM  
191 LESTE – concordo plenamente com a prefeita, como eu já disse antes, isso aqui foi pra  
192 provocar um debate mesmo, com relação ali àquela sugestão do conselheiro Marco Antônio  
193 não é justo, por exemplo, que a gente cobre desse empreendedor fazer o estudo dos demais ,



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

194 mas realmente compartilhar isso com os outros, isso é um problema que envolve a todos é o  
195 estado realmente e os demais empreendedores, concordo plenamente sim que a gente  
196 cheguemos a um consenso aqui como que a gente pode envolver as outras partes, porque isso  
197 envolve todo mundo, envolve o estado, envolve os empreendedores, comitês de bacia, agora,  
198 com relação a comitês de bacias eles são extremamente importantes, mas eles não estão  
199 preparados, eles não tem pessoal, não tem estrutura pra assumir essa tarefa. LAÍS FONSECA  
200 DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – Nívio, você citou aí, primeiro,  
201 obrigada pela aula, esclarecedora e o necessário alerta a busca do controle, agora o conselheiro  
202 Marco Antônio entendeu que seria este empreendedor sozinho responsável pelo estudo, agora,  
203 exatamente, eu gostaria só de contribuir aqui pelo que nós conversamos você me informou que  
204 seria todos aqueles empreendedores listados ali já existente o os futuros procederem  
205 conjuntamente entre eles pra eles buscarem iniciativa dessa parceria entre eles, foi isso que eu  
206 entendi, pelo que eu entendi você citou que seria um responsável por tudo. MARCO  
207 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – aqui o escrito é esse. LAÍS FONSECA  
208 DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – estou querendo justamente  
209 clarear porque ficou parecendo que seria somente esse empreendedor aqui a integrada né.  
210 NIVIO, SUPRAM LESTE – exatamente, realmente nesse processo a chamada de  
211 responsabilidade foi em cima dele, mas o objetivo era fazer com que chamar os outros também,  
212 compartilhar com os outros, porque veja bem, o estudo vai ser o mesmo pra todos, você vai  
213 fazer o estudo, então é justo que seja repartido entre os demais sim, agora, uma parcela que o  
214 estado deveria participar nisso aí é nos termos de referência nos futuros empreendimentos,  
215 exige isso, os estudos integrados daqui pra frente nos próximos que tiverem que fazer e que  
216 eles façam em conjunto mesmo, a idéia é fazer com que ele seja em conjunto, o empreendedor  
217 ficou realmente preocupado com essa condicionante porque foi a primeira vez que isso  
218 aconteceu, mas a idéia realmente é trazer os demais, dividir o ônus com os demais sim, essa  
219 também é a nossa intenção, é o que a gente, a nossa proposta final seria exatamente essa  
220 também, repartir com os demais, eles também são co-responsáveis nisso. MARCO ANTÔNIO  
221 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – porque que você não colocou isso antes então na  
222 condicionante, já tinha evitado essas discussões todas, agora, uma coisa que eu quero alertar  
223 que você falou que não é obrigação do estado então a ZEE pra mim não tem função nenhuma,  
224 se ele falou que o estado não tem que fazer estudo nenhum, levantamento nenhum, então a  
225 ZEE você pode pegar e jogar no lixo, o empreendedor faz o estudo sim federal, lei federal  
226 CONAMA, EIA, estudo de impacto ambiental já é responsabilidade dele dentro daquele  
227 empreendimento dele, e o estado sim é responsável pelos recursos hídricos, elétricos, minerais,  
228 mineração, tudo que existe dentro da DNPM, das licenças, senão não precisaria de outorgas de  
229 água, não precisaria de nada, o cara chegava, instalava e comercializava então, o estado é  
230 responsável sim, nós do Comitê de Bacia, a prefeita sabe disso, que nós já fizemos essas  
231 moções lá pelo Suassui da responsabilidade do estado de fazer esse levantamento, infelizmente  
232 além, desse nós ainda fizemos uma cobrança da onde que está sendo levado o dinheiro das  
233 compensações ambientais dos empreendimentos dessas bacias, nós não obtivemos também  
234 resposta do estado aonde que está indo porque nós precisamos de recuperar é aqui e nós  
235 tivemos informações que algumas compensações os valores foram pra outra bacia, então a  
236 gente sabe que cai no caixa único do estado e ele que define isso. LAÍS FONSECA DOS  
237 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – nós podemos buscar hoje o lucro de  
238 compensação está sob responsabilidade da Laura então nós podemos entrar em contato com ela  
239 e nos comprometermos de trazer essa informação que eu acho mais justo que cobrança.  
240 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – eu acho mais do que justo  
241 pra saber realmente onde que está, porque se não a gente, como é que ele vai preparar o plano  
242 dele, do estadual né. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE



243 MINEIRO – agora, partindo aí pro ZEE hoje é uma ferramenta que foi um presente pra nós ter  
244 essa referência, agora, o estado proporcionou isso com parcerias também, então eu acho que a  
245 gente poderia buscar o fio da meada aí e buscar como ficaria este texto desde que os senhores  
246 estivessem de acordo da necessidade do estudo, como fazer se é em grupo, com contribuição  
247 da empresa ou comitê de bacia envolvendo terá que ser formado um grupo, então primeiro  
248 seria concordar da necessidade de que haja realmente esse estudo, porque da maneira que eu  
249 estou vendo aqui o número, por isso que eu agradei aí a aula esclarecedora, o número de  
250 empreendimentos e pertos, o risco de estarmos correndo risco já com alerta técnico que vamos  
251 jogar o rio fora, porque peixe não vai sobreviver nas lagoas então o alerta está dado, então  
252 partimos do princípio, os senhores concordam da necessidade da apresentação do estudo desse  
253 trecho e dos futuros? MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – não, a  
254 gente acha que nem é esse, seria como o estado de Minas inteiro. LAÍS FONSECA DOS  
255 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – conselheiro Marco Antônio, e ficou  
256 claro também não é o empreendedor sozinho que estará fazendo isso, então seria ele buscar  
257 todos aqueles elencados ali pra justamente promoverem uma reunião e ver como é que vai ser  
258 feito esse estudo. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – fazer igual  
259 foi o estudo da ZEE, começou numa discussão também e partiu pro que foi. LAÍS FONSECA  
260 DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – tem que ter o ponto de partida,  
261 não adianta, ah, não vou não. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG –  
262 agora, ele não cabe como condicionante, porque como que você vai travar um prazo, você não  
263 pode travar um prazo numa coisa que vai depender de agenda, de tudo isso, ainda continuo  
264 propondo a retirada da condicionante e, eu tenho um texto aqui de uma moção para o estado  
265 pra ser criado esse grupo. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE  
266 MINEIRO – conselheiro, a recomendação da, cumprindo a legislação, o prazo de validade  
267 sugerido é de 4 anos, em 4 anos não daria tempo pra fazer isso? MARCO ANTÔNIO  
268 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – a ZEE não foi estudada em 4 anos, mas é uma  
269 proposta a gente tem que pensar na bacia, nós estamos dentro do estado de Minas, eu não estou  
270 falando mais só de um rio Corrente não, a grande preocupação no Jequitinhonha, senão daqui a  
271 4 anos também vocês não tem água nem pra beber lá, vocês sabem que vocês estão sofrendo  
272 com escassez brava e talvez até uma recessão de consumo lá muito séria, eu sei porque eu  
273 conheço muito gente na área lá de cima, de Salinas, esse trem, é crítica a situação lá, eu ainda  
274 continuo com essa preocupação, a minha sugestão é da retirada e de uma moção que eu quero  
275 apresentar aqui, caso ela seja retirada. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
276 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – então faz o favor, proceda a leitura só pra gente  
277 ter conhecimento. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – criar um  
278 grupo de trabalho formado pelo estado, comitês de bacias que eu acho fundamental a  
279 participação deles que senão num tem o porque deles existirem né, empreendedores de geração  
280 de energia elétrica para elaboração dos estudos para análise ambiental integrada da micro-bacia  
281 na qual os empreendimentos estão inseridos, você vai englobar não é só essa caso aqui, eu  
282 estou pensando no macro, não estou pensando no micro, estou pensando no estado de Minas  
283 Gerais, não estou pensando no rio Corrente só não, a nossa preocupação é que Minas Gerais é  
284 o berço de água do Brasil, as nascentes principais estão aqui. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
285 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – pelo que estou entendendo é que chegamos num  
286 acordo, estamos dentro da mesma visão, o que estamos precisando de definir é a redação e se  
287 torna uma moção, o objetivo acho que foi atingido no sentido de buscar esse grupo de estudo,  
288 agora, independente se ele é condicionante ou por via moção o importante é que a gente  
289 consiga buscar essa iniciativa pra um grupo de estudo. NIVIO, SUPRAM LESTE – bom,  
290 realmente nós chamamos ao debate pela importância do assunto e estava aberto realmente as  
291 discussões e essa substituição então é por uma moção, nós concordamos, agora que fique bem



292 claro, que seja a participação integrada, não é só jogar pra responsabilidade inteiramente do  
293 estado, sim, o estado, comitê de bacia e os empreendedores de cada bacia, quer dizer, um  
294 trabalho conjunto, isso que nós queremos. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
295 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – e o rio Corrente agradece, principalmente isso.  
296 ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – eu queria fazer uma colocação  
297 também já que muita coisa foi adiantada, inclusive o esclarecimento da obrigatoriedade, só  
298 compactuar com suas palavras porque é um problema sério mesmo, hoje atualmente quantas  
299 PCH's tem no rio Corrente? NIVIO, SUPRAM LESTE – prevista 6. ALEXANDRE SYLVIO  
300 VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – mas essa é a primeira? NIVIO, SUPRAM LESTE – olha  
301 só, já tem 3 licença ali, naquele quadro, pena que ele está meio, está difícil de enxergar, a  
302 primeira ali a Fortuna 2 já tem licença de instalação, duas jusantes já estão em construção com  
303 essa concessão dessa de hoje vai ser quatro já, duas com licença de instalação e duas já em  
304 construção já pra próxima fase de operação, então só tem duas ali que estão ainda, como se diz,  
305 em fase de inventariado né, quer dizer, pode ou não sair, mas estão previstas, essa vai ser a  
306 quarta LI do rio Corrente, as outras duas ainda não formalizaram a LP. ALEXANDRE  
307 SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – só pra complementar a informação dele porque  
308 realmente já existem alguns estudos a respeito da formação de lagos, bacias e já está realmente  
309 comprovado a alteração de todo ambiente aquáticos desse lagos e a própria questão  
310 climatológica que nós viramos hoje, qualquer dado meteorológico histórico aí no INEP ele  
311 fornece isso, a quantidade de chuva está diminuindo, a evapo-transpiração está aumentando, a  
312 umidade relativa do ar está diminuindo e essa idéia que se coloca que usina fio d'água água  
313 que entra e água que sai não é, principalmente no período seco, existe uma evapo-transpiração  
314 muito grande e o estudo de Aimorés por exemplo, feito por um professor da UFMG mostrou  
315 que existe uma redução entre entrada e saída de água no final de praticamente 5% no período  
316 mais seco do ano, então é realmente como você colocou, imagina uma usina atrás da outra,  
317 cada uma com seu lago no período seco né, a prefeita falou também o nível de água do rio  
318 aqui no período seco já abaixou mesmo, é fato por conta da presença do lago né, de Baguari,  
319 então cabe realmente um estudo, agora, eu só fico preocupado é nessa transferência de  
320 responsabilidade, realmente nós temos que, responsabilidade tem que ser compartilhada, eu  
321 acho que cabe ao estado determinar através de estudos quantas usinas podem ser colocadas em  
322 determinado rio né, porque senão vai ficar um atrás do outro mesmo e vai ser complicado,  
323 exato, agora, nada impede, inclusive eu acho que pode ate ser uma obrigação que as empresas  
324 participam do processo, nosso famoso PPP né, Parceria Pública Privada, agora, o estudo tem  
325 que ser feito, estão surgindo usinas uma atrás da outra por necessidade de produção de energia,  
326 isso é um fato, exato, um país que quer crescer 6% agora nesse ano não tem jeito, sem energia  
327 não tem jeito, sete já, então haja energia mesmo, então realmente isso tem que ser muito bem  
328 planejado, as usinas elas estão surgindo muito a toque de caixa realmente, e precisa se formar  
329 um grupo, agora, eu acho que tem que ser encabeçado pelo estado, o estado tem que estar a  
330 frente disso ou união, não sei, mas com a participação dos empreendedores. LAÍS FONSECA  
331 DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – na SUPRAM Alto São  
332 Francisco nós já conseguimos por meio de uma moção uma portaria do secretário formando já  
333 o grupo certo, e esse grupo veio de uma reunião onde vários seguimentos foram envolvidos  
334 nesse estudo, o problema na época era uma granja mas, chamamos FETAEMG, FIEMG eu  
335 acho que a gente pode dentro desta moção pra segurança da concretização do estudo, por meio  
336 de uma portaria, formar esse grupo, lógico que antecede ai as reuniões e o envolvimento de  
337 vários órgãos, que o principal é tentar segurar que seja realmente feito esse estudo, é o ponta pé  
338 inicial. FRANKLIN OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU - Marco Antônio, é só uma  
339 sugestão em relação à moção, em vez dela ficar restrita ao segmento por geração de energia,  
340 que ela seja ampliada para usuários e todos os demais interessados. MARCO ANTÔNIO



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

**Secretaria Executiva**

341 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – sim, é bem visto mesmo que aí você está  
342 envolvendo, você está dividindo mais ainda a fatia né, vai ficar mais barato para os setores, o  
343 seu setor que você representa, a captação de água, mineração, todo mundo, e são mais cabeças  
344 né, pra estar pensando e a gente sabe da competência dos nossos técnicos, das nossas empresas,  
345 a tá, criar um grupo de trabalho formado pelo estado, comitês de bacias e empreendedores de,  
346 aí não, aí não entra empreendedores e usuários para elaboração, é, usuários de recursos hídricos  
347 para elaboração de análise ambiental integrada da micro bacia na qual os empreendimentos  
348 estão inseridos, é, micro bacia é porque você está pegando todo aquele trecho aonde eles estão  
349 né, a sim. NIVIO, SUPRAM LESTE - veja bem, se a gente abrir demais esse leque aí eu acho  
350 que a coisa fica meio complicada, eu acho que essa condicionante, se nós estamos tratando o  
351 empreendimento hidrelétrico vamos pelo menos olhar duas coisas, primeiro, os impactos  
352 ambientais dos empreendimentos hidrelétricos vamos ser mais específicos, outra coisa, temos  
353 que definir prazos, formar um grupo se você não coloca data isso aqui daqui a 10, 20, 50 anos  
354 ainda não sai, acho que o prazo tem que ser definido. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ  
355 RODRIGUES, FIEMG – so que tem que o estado que provoca o prazo né, nós estamos  
356 provocando o prazo aí fazendo a portaria, quem vai fazer a portaria é o secretário né, ele que  
357 vai propor um prazo, eu vou propor um prazo pro secretário é difícil né. LAÍS FONSECA DOS  
358 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – o conselheiro, percebi que a  
359 preocupação da equipe técnica da SUPRAM Leste é justamente que na intervenção já tem  
360 ocorrido esse estudo, não é isso, na formalização da licença de operação do empreendimento já  
361 haja esse estudo, não é isso, em 4 anos a sugestão, o prazo de validade da licença está previsto  
362 pra 4 anos. CLÁUDIO DE PAULA BATISTA, IBAMA – a questão é que o prazo dele não é  
363 manejado, não é fixado pela gente, por nós, ele depende também da, do principal gestor no  
364 caso que é o estado, ele depende e muito, então se nós quisermos fixar um prazo aqui nós  
365 vamos incorrer de um equívoco e prejudicar até o funcionamento, porque não é um estudo fácil  
366 de ser feito e é extremamente necessário e a importância do estado, o estado é quem vai regular  
367 as normas, é quem vai ditar as normas depois desse plano feito, então ele é o principal  
368 interessado pra que ele possa ter em mãos um estudo pra que ele possa através desse estudo  
369 fazer as normas, então não adianta a gente querer fixar um prazo, nós temos é que fazer esse  
370 alerta que foi muito bem feito né, nós temos que aproveitar esse momento fazermos um  
371 trabalho de forma a chamar o estado pra que ele assuma o seu papel e coordene esse trabalho, é  
372 isso que nós temos que nos aprender aqui, é de mais rápido possível chamar o estado para que  
373 ele possa gerir esse grupo de trabalho. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
374 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – porque se for pensar que esse estudo é  
375 interminável ele estará sempre tendo que ser atualizado né, então acho que dentro de um  
376 cronograma pode ser sugerido que esse grupo tenha semestralmente uma reunião pra poder  
377 apresentar todos os dados que foram levantados, ou trimestralmente, não sei se seria um tempo  
378 eximo demais. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – aí realmente,  
379 eu estava pensando aqui, o Nivio tem razão nós estamos tratando de recursos hídricos referente  
380 a hidrelétricas, aí o Franklin não cabe, a preocupação maior é o impacto das hidrelétricas  
381 porque aí você tem a captação de água, COPASA, SAAE eles tem outro tipo de impactos, é  
382 lógico, a sequência das hidrelétricas, mas nós temos mineração, siderurgia que tem outros  
383 níveis de impactos que são outros estudos completamente adversos de um desses de  
384 hidrelétrica, então aí, como se diz, a geração de energia para estudos o pessoal do setor elétrico  
385 é mais importante nesse ponto. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE  
386 NORTE MINEIRO – identifique-se, por favor. CLÁUDIO DE PAULA BATISTA, IBAMA –  
387 eu só quero atendendo aqui que não gravou. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ  
388 RODRIGUES, FIEMG – eu sempre me esqueço. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
389 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – é só uma dificuldade porque quem vai





390 transcrever a gravação pra poder dar seqüência a fala. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ  
391 RODRIGUES, FIEMG – a colocação é essa, em vez de usuários voltar para os empreendedores  
392 de geração de energia, agora, eu concordo com o Cláudio, não cabe a gente querer forçar aqui  
393 pra colocar um prazo porque eu ainda continuo solicitando a retirada da condicionante, fazer a  
394 moção, para, não quero nada lincado a esse processo, nada ligado. LAÍS FONSECA DOS  
395 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – eu acho que a idéia. MARCO  
396 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – é um estudo que nós vamos levantar, é  
397 um estudo demorado que depende do estado, depende dos comitês de bacia, a gente sabe que  
398 vai envolver um número grande de pessoas pra fazer esse levantamento, o estado precisa  
399 levantar recursos pra fazer isso, só para o ano que vem, a gente sabe disso, na hora que ele  
400 fizer, terminar o orçamento agora, nós estamos num período de eleição não pode ser feito nada  
401 pra não tomar caráter de eletivo, então são coisas que você vai partir do ano que vem pro outro  
402 ano ainda, 2011 pra 2012. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE  
403 MINEIRO – exato, agora, a equipe técnica da SUPRAM está no papel dela que ela tem que  
404 trazer esse alerta e justamente por co-responsabilidade desses impactos aí que nós optamos, a  
405 minha proposta é a proposta que seria né, a equipe da SUPRAM que traz todo o embasamento  
406 para os senhores darem o voto, então a equipe, é isso que vocês queriam no sentido de que haja  
407 estudo ou condicionante ou moção. NIVIO, SUPRAM LESTE – bem, primeiro que a coisa  
408 fique restrita ao empreendimento hidrelétricos, por exemplo, que aí nós vamos envolver só seis  
409 pessoas, porque não pode abrir demais o leque que a gente dispersa os esforços, que se envolva  
410 principalmente esses seis empreendimentos aí, agora, o que está pedindo é um estudo e o prazo  
411 previsto pra essa obra aqui é 20 meses, mais ou menos dois anos, pra você fazer um estudo em  
412 dois anos você faz um estudo, veja bem, isso aqui é só um, é lógico isso aqui vai ter que  
413 contratar uma consultoria e debruçar-se, fazer pesquisa, é um estudo que está se querendo, não  
414 é uma obra que vai fazer, não é obra, é um estudo que vai ser feito, é uma coisa teórica.  
415 AFONSO LUIZ BRETAS, FAEMG – eu estou achando bastante confuso a condução desse  
416 item, eu vou mostrar meu ponto de vista, eu acho que o Nivio tem razão de fazer o  
417 levantamento, ele teria que ser relâmpago aqui porque quem vem pedir o licenciamento eu  
418 pressuponho que ele tem que ter no mínimo de uma normalização, que vai falar que nesse rio  
419 pode fazer X barragens e as condições são essas e essas, se nós agora na hora de aprovar um  
420 licenciamento tivermos que fazer todo um ritual, todo um processo de dizer que isso pode, isso  
421 não pode, isso pode, isso não pode nós vamos ficar travancado aqui, eu acho que não cabe  
422 aqui, um alerta é um alerta, mas hoje o conselho tem que aprovar isso que está aqui, e isso que  
423 está aqui não cabe como condicionante porque já está mais que aprovado nessas discussões  
424 todas que isso aqui merece um estudo amplo e pleno na bacia toda, não é só nesse rio, é na  
425 bacia toda, na bacia do rio Doce como um todo, de maneira que eu acho que essa  
426 condicionante não cabe aqui agora né, se nós formos nos ater a isso aqui e depender dessa  
427 condicionante isso aqui vai ficar no ar, não vai ser aprovado, o Brasil precisa de energia, nós  
428 não podemos, o meio ambiente, nós temos que cuidar do meio ambiente mas não podemos  
429 travar o desenvolvimento não, é meu ponto de vista. FRANKLIN OTÁVIO COELHO  
430 MENDONÇA, SEDRU – só em relação a moção, comitê de bacia está incluído, então está  
431 representando os usuários aí também, então está bom. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ  
432 RODRIGUES, FIEMG – presidente, eu gostaria de sugerir, acho que já esgotou todas as  
433 discussões, colocar em votação as licenças e depois colocar em votação a retirada da  
434 condicionante e a moção, no caso. ODÚLIO MERENSI DE MOURA, SIND. DOS  
435 GEÓLOGOS – me estranha muito, realmente eu acho que é a minha ignorância no assunto,  
436 como que alguém define, vou fazer aqui uma barragem, vou fazer aqui uma usina, deve existir  
437 um estudo me parece, geotécnicos de alguns critérios de vazão de água, de volume, de  
438 habitação quanto a população que existe, etc, isso é um estudo pra ser definido pelo governo, o



439 governo é que tem que ter algumas metas a serem atingidas, olha, pra se criar uma barragens  
440 tem que ter certas premissas e tal, me parece isso, eu não sei como que surge esse, porque não  
441 pode ser, esse empreendimento não surgiu desse licenciamento, esse empreendimento vem de  
442 uma outra historia, quer dizer, reuniu-se um grupo de pessoas ou já existiu uma empresa que  
443 vem solicitar agora um licenciamento, mas esse empreendimento foi discutido possivelmente  
444 em outro lugar, quando se vai abrir um posto de gasolina, por exemplo, nós temos todo um  
445 ritual né, esse eu conheço, agora, da barragem eu não conheço, então me parece que realmente  
446 quem vai definir isso se vai ter seis, oito, dez ou só uma é o governo através de estudos que ele  
447 é o responsável, entende, tem que ter critérios para que haja esse barramento, entende, e não  
448 simplesmente cada um de nós agora querer fazer uma barragem e daí, entende, eu acho que é  
449 responsabilidade do governo em primeiro lugar, depois na hora da implantação é que essa  
450 empresa poderá fazer estudos, agora, quem define quantas barragens vai ter no rio é obra do  
451 governo através de estudos técnicos e não diz, ou eu acho, ou eu vi, ou tenho necessidade  
452 urgente de energia hoje, existe outras alternativas de energia que o governo tem deixado em  
453 segundo plano, então, em detrimento da qualidade de vida do ser humano, essa que é a  
454 verdade. CAPITÃO FERNANDO, POLÍCIA MILITAR – discussão muito boa, viável, só que  
455 me preocupou bastante aqui que a gente observa que na realidade nós do COPAM nós estamos  
456 votando questões importantes pras nossas bacias aí, mas de certa forma cegos, porque a gente  
457 não sabe realmente o verdadeiro impacto que isso vai ter, então as falas aqui são todas boas, a  
458 gente sabe que realmente prender e onerar só um empreendimento realmente é complicado  
459 como Marco Antônio comentou, apesar que essa visão é uma visão realmente financeira,  
460 impactar, onerar só o empreendimento vai ficar cara, não sei nem qual seria a diferente em  
461 termo de valor financeiro do estudo só pro impacto dessa empresa, da PCH pra um estudo mais  
462 amplo pra gente ver que tanto realmente iria impactar, mas a preocupação como o conselheiro  
463 Cláudio comentou também, pra gente colocar prazos é praticamente impossível a gente colocar  
464 agora prazo para o governo, mas por outro lado até quando nós vamos ficar votando de olhos  
465 vedados aqui né, que nós estamos votando no empreendimento sem saber o verdadeiro  
466 impacto, então a gente tinha que conseguir aqui entrar num consenso como nós poderíamos  
467 fazer pra de certa forma pressionar então de certa forma o próprio governo através de uma  
468 moção, não colocar prazo em termo de data mas, tentar de certa forma estipular um prazo  
469 menor, porque vai vir vários outros empreendimentos, nós vamos estar votando, votando,  
470 votando, votando, colocando a culpa aí que o governo que é responsável e nós fazemos parte  
471 desse contexto, todos estão votando de olhos fechados, então preocupou bastante mesmo, acho  
472 que seria interessante se estivesse alguém que estivesse essa informação mais ou menos qual  
473 que é a diferença em termos assim financeiras porque o termo está, se não estivesse a diferença  
474 financeira a gente ia falar assim, não, o próprio empreendedor faz esse estudo mas pra gente ter  
475 noção até que ponto a gente vai poder colocar como condicionante mesmo ou fazer uma moção  
476 aqui pra pressionar em termo de prazo, embora mesmo estando como condicionante nesse  
477 próprio empreendimento já vai ter sido realizado lá toda instalação né, porque consta lá no  
478 prazo que vai ter que entregar na formalização da licença de operação, ou seja, vai ficar  
479 faltando só operar, a construção toda ele já fez na realidade, né, então a gente tem que pensar,  
480 eu entendo que seria interessante que fosse condicionante mesmo não só desse como dos outros  
481 que virão e o quê que a gente pode fazer aqui pra pressionar o governo e esses empreendedores  
482 a torna-se realidade, foi comentado que o empreendedor né, foi comentado muito bem aqui que  
483 o empreendedor não tem interesse de fazer esse estudo amplo, porque pode ser que mostre que  
484 aquele empreendimento é inviável, ele não tem interesse, e se a gente for ficar esperando eu  
485 não sei até quando nós vamos ter essa resposta, a gente verificar a forma de pressionar e fazer  
486 tornar realidade. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – uma colocação  
487 em relação ao que o Capitão falou aqui, é interessante mesmo, eu só fico preocupado com o



488 seguinte, que a área de drenagem da bacia ela é de 1128 km quadrados, ou seja, 112 mil  
489 hectares, o cara vai ter um lago de 23 variando até 30 hectares né, eu acho muita  
490 responsabilidade em cima de um empreendedor só, entendeu, tem que ser realmente muito bem  
491 discutido isso aqui porque é uma área relativamente grande pra uma análise, não pra uma  
492 bacia, para uma micro-bacia, mas pra uma análise geral é pesado. ISABELA, SUPRAM  
493 LESTE – nós gostaríamos de sugerir então que o estudo fosse feito antes da próxima fase de  
494 licenciamento porque, porque depois que todos os empreendimentos estiverem em operação  
495 isso não vai mais fazer sentido, todas as barragens já vão estar colocadas então nosso  
496 entendimento, acho que é o mesmo entendimento do Nivio é de que esse estudo pudesse ser  
497 feito antes da próxima fase do licenciamento ambiental desses empreendimentos, de todos eles.  
498 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – presidente, eu vou pedir  
499 novamente, vamos colocar em votação a proposta conforme é a do estado, se nós vamos aceitar  
500 ou não, se é a votação da licença de instalação, depois votação da retirada ou não da  
501 condicionante, quem define isso é o nosso colegiado aqui e depois a votação se vai ter a moção  
502 ou não, porque eu acho que nós já esgotamos e nós temos outros itens também que vão gerar  
503 alguma polêmica pra frente. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE  
504 NORTE MINEIRO – porque justamente pela responsabilidade eu acho que tinha que ser  
505 discutido né, exatamente, estamos aqui pra isso e não pode deixar ficar nada omissa aí, ficou  
506 omissa e vago quanto a esse prazo de estudo, apresentação dele, eu acho que infelizmente tem  
507 que voltar no assunto que isso tem que ser definido pra colocar em votação em votação né.  
508 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – acredito que não porque  
509 estou pedindo a retirada, então nós temos que colocar em votação isso, se for votada a não  
510 retirada aí sim, nós vamos discutir um texto, alguma coisa assim pra modificação do texto, mas  
511 eu estou, a minha solicitação é da retirada desta condicionante e a colocação da moção  
512 conforme eu já li. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE  
513 MINEIRO – então está certo, esgotado todas as discussões, vamos colocar em votação a  
514 licença prévia concomitante com o licença de instalação, quem estiver de acordo. SINARA,  
515 SUPRAM LESTE – eu queria pedir uma retificação de uma condicionante antes de votar, da  
516 condicionante 17, uma retificação do texto. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
517 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – vamos votar então a licença, depois na discussão  
518 a gente entra na condicionante. Vamos votar a licença, e depois a gente, a licença será  
519 concedida com condicionantes, vamos votar a concessão da licença e posterior a gente discute  
520 ou não a retirada da, tá ok, então em votação a LP e LI quem estiver de acordo permaneça  
521 como está, APROVADA a licença prévia de instalação. Agora quanto à retirada da  
522 condicionante 21. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – seria retirada,  
523 mas substituída por outra, pela moção né. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
524 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – então a sugestão do conselheiro Marco Antônio  
525 seria a retirada da condicionante 1, 21 e transformá-la com embasamento em uma moção ao  
526 presidente Dr. José Carlos. ELISA COSTA, PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES  
527 – minha proposta é de manter a condicionante, mas com outro texto melhor elaborado, que  
528 podíamos trabalhar aqui agora porque eu acho que só moção ela ainda vai ficar vago do ponto  
529 de vista, viu Marco Antônio, vamos. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES,  
530 FIEMG – certo, mas aqui eu estou querendo a votação se vai ser pela retirada ou não, se não  
531 houver a retirada aí a gente entra pra discutir o texto, se houver retirada não há necessidade da  
532 gente discutir um novo texto. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE  
533 NORTE MINEIRO – então nós temos duas propostas, uma da prefeita Elisa quanto a  
534 manutenção da condicionante 21 porém com a melhora da redação e a outra proposta é a  
535 retirada da condicionante pelo conselheiro Marco Antônio, em votação, vou ter que pedir a  
536 manifestação de braço quem está de acordo com a retirada da condicionante, RETIRADA A



537 CONDICIONANTE 21 e vamos levar então a discussão o texto da moção com a sugestão da  
538 criação do grupo de trabalho para que se faça o estudo, o estado também vai ter que dá um jeito  
539 de trabalhar pra o termo de referência, ajuda aí agora Nívio, no sentido de ter um termo de  
540 referência pra orientar e dar um norte a esse estudo também né, que vai ser a participação  
541 inicial do estado. Criar um grupo de trabalho formado pelo estado, comitês de bacia e  
542 empreendedores para elaboração de estudos para análise ambiental integrada da micro-bacia na  
543 qual os empreendimentos estão e serão inseridos, conselheiro Marco Antônio, vou chamar  
544 atenção aqui, você está escutando, está não, eu falo mesmo, quanto aqui o grupo de estudos pra  
545 análise ambiental integrada a micro-bacia na qual os empreendimentos estão inseridos, e eu  
546 completaria, aqueles a virem a serem inseridos na área, seria isso. CELSO GERALDO  
547 MEDEIROS, CODEMA – a minha sugestão, poderia estar inserindo nessa moção algum  
548 recorte dessa condição ao secretário pedindo uma agilidade, uma urgência pra apresentação pra  
549 esse atendimento. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE  
550 MINEIRO – eu acho que conjuntamente com os técnicos a gente pode lá fora marcarmos uma  
551 data com sugestão de quem seria chamado a participar desse grupo, né com colaboração e  
552 apoio, exatamente, então a moção, quem estiver de acordo, pois não. CAPITÃO FERNANDO,  
553 POLÍCIA MILITAR – eu sei que é chover no molhado né, mas eu acredito que essa moção a  
554 gente deveria formar um grupo em caráter de urgência para fazer esses estudos e tudo e ao final  
555 considerando os diversos empreendimentos que estão sendo instalados, algo pra deixar mais  
556 claro essa urgência que nós temos porque tem chance dessa moção ir pra lá e ela não ser  
557 priorizada e nós vamos estar votando outros empreendimentos. LAÍS FONSECA DOS  
558 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – seria em caráter sugerido pelo  
559 conselheiro, caráter emergencial né, e dos empreendimentos existentes futuros que seria a  
560 manutenção da frequência da atualização desses dados já pra micro bacia, então quem estiver  
561 de acordo com a moção permaneçam como estão, APROVADA a moção ao secretário Jose  
562 Carlos de Carvalho. Vamos passar para o item. CINARA, SUPRAM LESTE – destaque,  
563 gostaria de solicitar uma retificação na condicionante 17, na redação, gostaria que a  
564 condicionante 17 fosse redigida da seguinte forma, apresentar os documentos comprobatórios  
565 de regularização fundiária em nome da empresa requerente e termo de compromisso para  
566 averbação da reserva florestal legal das propriedades abrangidas pelo empreendimento à  
567 SUPRAM LM, vírgula, e aguardar manifestação do órgão ambiental para intervir na área, o  
568 prazo continuará como está. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE  
569 NORTE MINEIRO – em votação, quem estiver de acordo permaneça como está, APROVADA  
570 a alteração da redação da condicionante 17. **Passamos para o item 5 da pauta Processo**  
571 **Administrativo para Exame de Licença de Instalação: 5.1 Vale S.A. / Postos de**  
572 **Abastecimento – Itabira/MG – PA/COPAM/Nº 00119/1986/094/2009 – Classe 05 –**  
573 **Apresentação: Supram Leste Mineiro.** Em discussão. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA  
574 COSTA, UNIVALE – só um esclarecimento, na página 3, no parágrafo, item 3 introdução, 3º  
575 parágrafo, vocês colocam aqui possui uma capacidade nominal de armazenagem de 1200  
576 metros cúbicos de diesel armazenados em dois tanques elevados e seis tanques com capacidade  
577 de 15 metros cúbicos de óleo lubrificantes, é isso mesmo, dois de 600 metros cúbicos?  
578 RODRIGO, SUPRAM LESTE – sim. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA,  
579 UNIVALE – são dois de 600 metros cúbicos né, e seis de 15 de óleo, é só pra tirar uma dúvida  
580 que eu achei. RODRIGO, SUPRAM LESTE - são tanques apoiados, eles são aéreos, eles não  
581 ficam subterrâneos, os outros menores sim, são. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA  
582 COSTA, UNIVALE – mas a capacidade é essa mesmo né, 600 metros cúbicos né. RODRIGO,  
583 SUPRAM LESTE – sim, a capacidade é essa mesmo pra abastecer os caminhões da empresa.  
584 LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – mais algum  
585 questionamento? Então colocando em votação o item 5.1 da pauta, quem estiver de acordo



586 permaneça como tais. CELSO GERALDO MEDEIROS, CODEMA - eu gostaria de me abster  
587 ao voto por ser parte interessada no processo. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
588 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – obrigada, permaneçam como estão, então  
589 APROVADA a licença de instalação do item 5.1. próximo item **6. Processo Administrativo**  
590 **para Exame de Licença de Instalação Corretiva: 6.1 Mangueiras Derivados de Petróleo**  
591 **Ltda. (Ex. Posto de Derivados de Petróleo) / Rede Gef's Postos de Serviços Ltda. / Postos**  
592 **revendedores – Engenheiro Caldas /MG – PA/COPAM/Nº 01505/2001/001/2010 – Classe**  
593 **05 – Apresentação: Supram Leste Mineiro.** Em discussão, colocando em votação, quem  
594 estiver de acordo permaneçam como estão, APROVADA a licença de instalação corretiva do  
595 item 6.1. O item 7 nós estamos pedindo a correção, o **item 7 Processo Administrativo para**  
596 **exame de Licença de Operação: 7.1 Matadouro Rio Doce Ltda. / Abate de animais de**  
597 **médio e grande porte – Santana do Paraíso – PA/COPAM/Nº 02931/2004/003/2010 –**  
598 **Classe 05 – Apresentação: Supram Leste Mineiro.** destaque pra SUPRAM Leste. PAULO,  
599 SUPRAM LESTE – na capa do parecer onde se lê classe 5 é pra ler agora classe 3 e na pauta  
600 também, na pauta está classe 5 passar para classe 3. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
601 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – algum questionamento? CAPITÃO  
602 FERNANDO, POLÍCIA MILITAR – só uma dúvida, integrantes da SUPRAM, na página 8, os  
603 comentários aqui logo após a condicionante 6 vem mencionando aí no parágrafo ofícios da  
604 FEAM de números, tem toda numeração indicando aí que nos últimos estudos foram  
605 verificados que os parâmetros estavam em desconformidade com a legislação ambiental, os  
606 parâmetros que se encontram em desconformidade com a legislação são em ordem, Ph, óleos,  
607 graxas e solos suspensos, eu queria mais um esclarecimento um pouco melhor aí desses itens aí  
608 sobre esses parâmetros, os impactos que eles vão ter em termos ambientais aí porque com  
609 relação às condicionantes de monitoramento alguns eles fizeram, extrapolaram um pouco o  
610 prazo, mas pelo menos eles fizeram o monitoramento, o monitoramento existe pra isso né, não  
611 é só fazer dentro prazo e tá ok, é pra ver se realmente está atendendo aquelas necessidades e  
612 pelo que a gente está vendo aqui não está atendendo a legislação ambiental, então só um  
613 esclarecimento um pouco melhor, porque mesmo não atendendo consta aqui pela conclusão  
614 pelo deferimento da licença, saber se é de muito impacto, pouco impacto, qual é essa situação.  
615 PAULO, SUPRAM LESTE - esse processo na verdade em primeiro momento seria uma  
616 revalidação, uma LO, ele passou do prazo de protocolar o processo de revalidação por isso que  
617 ele está com uma LOC, mas mesmo assim a gente continua analisando as condicionantes do  
618 outro processo, durante a análise desta condicionante a gente viu que algumas ele cumpriu fora  
619 do prazo, pelo decreto 44.844/2008 cumprir condicionante fora do prazo é passível de multa  
620 né, essa é a primeira análise nossa e com relação aos parâmetros a gente se baseia também no  
621 ofício da FEAM, os monitoramentos vão pra FEAM, a FEAM analisa, faz um ofício e manda  
622 de volta pra gente falando dos monitoramentos, bom, durante todo os quatro anos, seis anos da  
623 outra licença ele teve apenas esses três monitoramentos com padrões fora, sendo que o último  
624 que foi de Ph, o Ph estava como 5.9 sendo que a legislação coloca que tem que ser de 6 a 9,  
625 então um pouco fora do que está na legislação, com relação aos efluentes atmosféricos todos os  
626 monitoramentos estavam dentro dos padrões, a empresa também possuem empresas licenciadas  
627 que recolhe os resíduos sólidos então são vários fatores apesar de ter alguns monitoramento  
628 fora que a gente pode concluir que há possibilidade do indeferimento da licença. FRANKLIN  
629 OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU - a condicionante 2 que é comprovar a instalação  
630 dos 4 tanques da secagem de lodo e principalmente aqui do decantador primário ela supre essa  
631 deficiência aí no processo atual de tratamento de efluente líquido? PAULO, SUPRAM LESTE  
632 – segundo o consultor, sim. FRANKLIN OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – não  
633 seria interessante complementar essa condicionante então com a referência aí a esses itens que  
634 não atendem hoje ao padrão? PAULO, SUPRAM LESTE – ele tem 30 dias pra comprovar a



635 instalação, depois ele vai realizar os monitoramentos que é a condicionante 1 que é isso que a  
636 gente vai ver se os parâmetros vão estar dentro, se essas instalações que ocorreram na ETE vão  
637 atender os parâmetros, se não, ele vai ser passível de uma nova autuação. FRANKLIN  
638 OTÁVIO COELHO MENDONÇA, SEDRU – então a equipe técnica entende que não há  
639 necessidade de se mencionar na condicionante a adequação desses parâmetros fora de padrão.  
640 PAULO, SUPRAM LESTE – não, a equipe entende que não há essa necessidade. MARCO  
641 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – o Paulo, você falou na condicionante 2  
642 que foi o empreendedor falou e você acha, eu acho que dá pra ser assim né, comprovar a  
643 instalação de 4 tanques de secagem, decantador e o Franklin perguntou pra você se isso  
644 equaciona o problema, aí você falou que era informação do consultor que fala, e a sua qual que  
645 é? PAULO, SUPRAM LESTE – a gente baseia nos estudos que foram apresentados pra nós,  
646 foi feito uma avaliação, é uma ETE que igual eu falei dos monitoramentos, a maioria dos  
647 monitoramentos estão dentro dos padrões, o último ficou um pouco fora que foi dentro do Ph,  
648 praticamente estava dentro dos limites, então já se entende que é uma ETE que de certa  
649 maneira funciona, alguns ajustes que vão ser feitos, são 4 tanques de lodos que é até  
650 considerável, então a gente entende que é assim essa condição da ETE se adequar, se  
651 posteriormente for detectado que os padrões continuaram fora ele vai levar um outro auto, um  
652 outro auto de infração. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE  
653 MINEIRO – mais alguma pergunta? Então vamos colocar em votação o item 7.1 do Matadouro  
654 Rio Doce, quem estiver de acordo com a concessão da licença de operação corretiva  
655 permaneça como estão APROVADA a LO corretiva. Passamos para o **item 8 Processo**  
656 **Administrativo para Exame de Licença de Operação Corretiva: 8.1 Plasmold Injeção**  
657 **Plástica e Ferramentária Ltda. / Moldagem de Termoplástico não organo-clorado, sem**  
658 **utilização de matéria-prima reciclada, fabricação de outros artigos de metal não**  
659 **especificados ou não classificados sem tratamento químico superficial. – Governador**  
660 **Valadares/MG - PA/COPAM/Nº 07791/2005/001/2010 – Classe 03 – Apresentação:**  
661 **Supram Leste Mineiro.** Em discussão. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA,  
662 UNIVALE – um esclarecimento na página 11 efluentes atmosféricos, está lá saída de chaminés  
663 de filtro mangas né, material particulado e chumbo, eu estava olhando aqui em termo matéria-  
664 prima, consumo, é, tem essa necessidade de fazer análise de chumbo da chaminé pela  
665 característica da fábrica, pelo menos o que eu olhei aqui nas matérias-primas eu não sei,  
666 entendeu. RENATO, SUPRAM LESTE – sim Alexandre, tem que fazer essa. ALEXANDRE  
667 SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – outra pergunta, eu estou vendo aqui a questão da  
668 fábrica de baterias aqui né, ela é associada a fábricas de baterias ou não, é um fábrica  
669 independente. RENATO, SUPRAM LESTE – ela é separada, ela não é uma fabricação de  
670 baterias, ela é só montagem, ela não tem a carga final, a carga fica fora. ALEXANDRE  
671 SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – só o esqueleto externo da bateria, não é isso?  
672 RENATO, SUPRAM LESTE – isso, isso. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA,  
673 UNIVALE – ok, mas a, eu estou tentando entender só a questão, de repente porque o chumbo,  
674 ele trabalha com o chumbo também, porque pelo que estou vendo aqui de matéria-prima é só  
675 material plástico, material injetável. RENATO, SUPRAM LESTE - MARIA APARECIDA,  
676 SUPRAM LESTE – ele faz a montagem da bateria, ele só não dá a carga final, ele tem as  
677 placas de chumbo. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – a tá, então ele  
678 não trabalha só com a estrutura plástica não. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE – o  
679 chumbo é matéria-prima também. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE  
680 – a tá, porque o chumbo ele não consta aqui na matéria-prima, na lista, é por isso que eu  
681 estranhei, está aqui na página 4, óleo propileno, ácido carbono, cobre, alumínio, óleo, graxa,  
682 soda cáustica, lubrificante, mas não toca na questão do chumbo. MARIA APARECIDA,  
683 SUPRAM LESTE – não, mas faz parte do processo. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA



684 COSTA, UNIVALE – a tá, então faz parte da matéria-prima. MARIA APARECIDA,  
685 SUPRAM LESTE – matéria-prima. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE  
686 NORTE MINEIRO - mais algum questionamento por parte dos conselheiros? Então vamos  
687 colocar em votação o item 8.1 da pauta, quem estiver de acordo permaneçam como estão,  
688 APROVADA a LO Corretiva do item 8.1. **Item 9 Processo Administrativo para exame de**  
689 **Revalidação de Licença de Operação: 9.1 Companhia de Alimentos Ibituruna S.A. (Ex.**  
690 **Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce Ltda. – COAPERIODOC) / Preparação do**  
691 **leite e fabricação de produtos de laticínios – Governador Valadares/MG –**  
692 **PA/COPAM/Nº 00090/1997/008/2009 – Classe 05 – Apresentação: Supram Leste Mineiro.**  
693 Em discussão. Só um momento, parece que essa empresa, Maria Helena, solicitou, a empresa  
694 está solicitando 5 minutinhos pra uma apresentação, está aberto o espaço, 5 minutos.  
695 ROBERTO CÉSAR, DIRETOR DE OPERAÇÕES DA LEITE BOM - boa tarde presidente,  
696 obrigado pela oportunidade, boa tarde membros do colegiado, meu nome é Roberto César,  
697 Diretor de Operações da Leite Bom consórcio montado recentemente pra administrar as  
698 empresas da antiga Parmalat e das empresas da Leite Bom, o consórcio assim, pra vocês  
699 entenderem o contexto da montagem do consórcio, o consórcio foi montado praticamente a 20  
700 dias com intuito de não deixar as fábricas da Parmalat parar, as fábricas se encontravam numa  
701 situação bastante críticas financeira em virtude da crise de lactos que vem desde 2007 que foi  
702 muito agravada com a crise financeira no mercado mundial em 2008, então o consórcio foi  
703 montado muito rapidamente, mas a Leite Bom é uma companhia que o grupo GP  
704 Investimentos que ela tem um nohau de consolidação de mercado e principalmente em gestão  
705 de negócios né, a gente pode citar empresas aí como LL, Lojas americanas, Ambeves,  
706 empresas que são reconhecidas hoje até mundialmente pela gestão de seus negócios e  
707 principalmente referência em gestão ambiental, nós assumimos a Leite Bom a dois anos e em  
708 um ano e meio nós conseguimos praticamente, a Leite Bom era uma empresa familiar né, com  
709 foco no Centro-Oeste com passivos também muito grandes na área ambiental e a gente em um  
710 ano e meio a gente conseguiu praticamente sanar 100%, os todos os laticínios da Leite Bom  
711 possui licença ambiental, estão 100% atendendo todas as condicionantes, falar um pouco da  
712 Ibituruna, quer dizer, Ibituruna pra gente no consórcio ela tem um papel fundamental nos  
713 nossos planos a médio, a curto e a médio prazo, Ibituruna por exemplo ela tem uma capacidade  
714 hoje de 13 milhões de litros, de processamento de leite e nós praticamente processamos quatro  
715 milhões de litros, então das fábricas que nós temos, já são praticamente nove fábricas que nós  
716 operamos, dentro do nosso plano de negócio de expansão a Ibituruna ela é fundamental pra que  
717 a gente tenha sucesso nesse negócio, a gente entrou nesse negócio foi porque realmente a gente  
718 acredita realmente que o mercado de lá merece uma consolidação, ela tem oportunidade de  
719 consolidação, Ibituruna pela capacidade ociosa que tem hoje nós apenas investindo em  
720 treinamento, investindo em mão de obra a gente consegue rapidamente alavancar um negócio,  
721 hoje o Ibituruna ela tem praticamente 360 funcionários diretos, 140 terceiros e 3000 produtores  
722 fornecendo leite in-natura pra nós, então assim, o que eu posso falar pro colegiado, pedir, nós  
723 assinamos um TAC com a SUPRAM né, pra atender todas as condicionantes restantes, das 10  
724 condicionantes onde boa parte estão como não atendidas, ela também foi em virtude de prazo  
725 né, e a gente atendeu todas elas com exceção de duas e assinamos um TAC com a SUPRAM,  
726 nós vamos realmente realizar, cumprir os prazos, não tem histórico né, até pelo que é o GP  
727 Investimento, pelo que é e para aquilo que foi montado no consórcio e não passa pra nós ter  
728 uma empresa dentro do contexto dos nossos negócios que não atende a legislação, que não  
729 atende a ética seja ela fiscal, trabalhista ou ambiental, a gente tem um nohau aí de empresa que  
730 somos reconhecidos principalmente pelo nosso nohau de gestão e a gente jamais vai ter no  
731 nosso book de empresa, uma empresa que realmente não atende a legislação seja ela fiscal,  
732 trabalhista ou ambiental, eu digo o seguinte, a gente realmente não pode falar do passado, nós



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

**Secretaria Executiva**

733 não assumimos primeiro mas nós somos responsáveis pelo passado, mas eu acho que a multa,  
734 nós somos multados por isso, eu acho que a multa por si só ela já é drástica, talvez seja a maior  
735 multa que uma empresa da região tenha tomado aqui e o indeferimento da nossa licença pra  
736 gente, pros nossos planos de crescimentos, para os planos de crescimentos que eu acho que  
737 Governador Valadares, assim como a presidente falou no início aqui a natureza, eu acho que a  
738 natureza, mão de obra, tudo favorece pra que a gente tenha sucesso no nosso negócio dentro do  
739 nosso planejamento de expansão futuro de investimento, de geração de empregos, ser  
740 referência em gestão ambiental, por onde a gente passou a gente conseguiu isso, seja com  
741 coleta de lixo seletivo, São Luiz por exemplo que é uma das fábricas que nós assumimos, que a  
742 gente tinha no atendimento condicionantes na licença não renovada, hoje é referência, por  
743 exemplo, 100% do subproduto nosso em São Luiz em um ano e meio nós conseguimos gerar  
744 receita em 100% do subproduto, então deixou de ser um passível ambiental pra ser uma  
745 geração gerador de receita pra fábrica e toda essa geração de receita da fábrica de subprodutos  
746 a gente transforma isso em benefícios para os funcionários, seja no restaurante, seja na área de  
747 laser ou seja no clube para os funcionários, então isso é revertido 100% dessa geração receita  
748 de subprodutos em São Luiz praticamente para o benefícios dos funcionários, então assim, só  
749 reforçando, fazendo o meu, eu costumo sempre falar, pra nós seria muito drástico a não  
750 renovação, nós somos uma empresa que pra cumprir esse TAC que eu firmei ontem, pra vocês  
751 terem uma idéia se eu não cumprir ele gera uma multa de mais 500 mil reais, então não passa  
752 nem pela minha cabeça, eu só assinei isso porque realmente eu tenho, eu tenho condição de  
753 assumir entre a primeira condicionante e a última são um prazo de 12 meses, sendo que em sete  
754 meses a gente termina de fazer toda a parte que é de construção e instalação e aí os outros  
755 meses, cinco meses são praticamente pra gente conseguir principalmente na parte da ETEI que  
756 o lodo é biológico, então ele precisa de um tempo pra gente realmente atender e dizer, oh, estou  
757 atendendo 100% da legislação vigente né, então pra nós a não renovação ela vai me prejudicar  
758 bastante porque a gente capta dinheiro né, a gente foi captar no mercado dinheiro praticamente,  
759 por exemplo, eu já tenho pré-aprovado uma carta do FINAME aonde pra mim ter a efetivação  
760 desse financiamento pra executar esse TAC que fica em mais ou menos 1.000.100 eu preciso  
761 de estar com a licença operacional, saiu nos jornais hoje, é de público, nós conseguimos captar  
762 no mercado 67 milhões que foram efetivados ontem e boa parte desse dinheiro vai ser investido  
763 em Ibituruna pra gente conseguir alavancar as nossas produções, gerar mais empregos, no  
764 próximo mês, por exemplo, eu já tenho a reativação de uma fábrica de queijo dentro da fábrica,  
765 é uma fábrica que o queijo Ibituruna nós temos a intenção de levar essa marca para o país todo  
766 né, nós fornecemos boa parte do queijo prado consumido no Rio de Janeiro, somos nós quem  
767 fornecemos, então a gente vai com a marca Ibituruna, a gente vai conseguir isso também,  
768 alavancar a marca Ibituruna pra todo o país, então peço aos conselheiros bastante carinho no,  
769 tenho que usar essa palavra, na análise que muito mais na cassação de uma licença total está  
770 uma punição drástica numa empresa que tem um histórico de sucesso, uma empresa que vai  
771 cumprir sim com todas as condicionantes porque nós temos hoje 50 empresas no contexto e  
772 todas elas atendem rigorosamente as legislações, então eu peço realmente que analise com  
773 carinho, que muito mais a gente está vendo que do passado, eu já estou sendo punido com a  
774 multa e o futuro que é investimento pra essa cidade e trazer principalmente pra essa cidade  
775 nohau e referência em gestão de empresa, ok, obrigado pela palavra. LAÍS FONSECA DOS  
776 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – primeiro parabéns aí pelo  
777 entendimento que nós só somos um instrumento pra fazer o cumprimento da legislação, se não  
778 estivesse concordado com as cláusulas do TAC é porque elas seriam inverídicas, o senhor  
779 assinou porque o senhor concorda que existem atos e ações a serem implementados, mas o  
780 senhor pode ter certeza que hoje os prazos de licenciamento ambiental dentro do acordo de  
781 resultado nos remete a formação da equipe, análise com prazo, depende da classe do





782 empreendimento, mas não se passa de 90 dias o nosso licenciamento ambiental e, felicidades  
783 pro senhor. ROBERTO CÉSAR, DIRETOR DE OPERAÇÕES DA LEITE BOM – obrigado, é  
784 igual aqui nesse caso que eu falei pra gente é muito mais que prazo e tal, a gente já está com  
785 um processo a curto prazo de financiamento onde a cassação eu não ter a licença operacional  
786 pra gente ela tem conseqüências muito sérias, hoje eu fiquei até a 1 hora com o conselho  
787 deliberativo da Companhia, até tomando bordoadas em relação a isso né, que eu sou diretor de  
788 operações e não tive tempo hábil durante o processo de diligência de eu observar que tinha uma  
789 licença recém vencendo, então pra gente isso é bastante drástico em virtude de que a gente  
790 capta dinheiro a médio e longo prazo com juros especiais e etc, o TAC ele foi, a gente sentou  
791 com toda a equipe técnica as SUPRAM que nos ajudou bastante tecnicamente né, então eu  
792 como diretor também como diretor estou seguro que tanto prazo como as ações elas realmente  
793 vão ser efetivas pra que a gente atende todos os itens de controle da legislação. LAÍS  
794 FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – o certificado de  
795 licença hoje, a comprovação da licença tanto de órgãos, de instituições financeiras a liberação  
796 do recurso depende do licenciamento, a certificação de ISO, então hoje está bem amarrado e na  
797 revalidação da licença o que é apreciado é a avaliação do desempenho ambiental durante a  
798 vigência da licença né, então não é que o seu empreendimento está sendo indeferido o seu  
799 projeto apresentado, não é isso, o que será apreciado pelos conselheiros é a avaliação do  
800 desempenho ambiental que o empreendimento teve durante a vigência dessa licença, que  
801 aspirou, foi a recomendação pelo indeferimento pela equipe técnica da SUPRAM né, então  
802 hoje a coisa melhorou muito, o consenso, os segmentos que estão aqui sendo representados nos  
803 levam hoje a essa discussão democrática, que eu já vivenciei situações que eram muito fáceis lá  
804 de Belo Horizonte antes da regionalização, indeferir a suspensão de atividade imediata, agora,  
805 a responsabilidade de dar esse posicionamento é muito séria, a geração de emprego é muita  
806 coisa que afeta então hoje a gente está tendo TAC, coisa que não tinha antigamente, então tanto  
807 a SUPRAM tem a co-responsabilidade e o empreendedor também de estar se comprometendo a  
808 imediata adequação do que ele não cumpriu no período da vigência dessa licença. AFONSO  
809 LUIZ BRETAS, FAEMG – eu quero aproveitar a oportunidade, a gente está envolvido nessa  
810 questão como produtor rural, como dirigente classista, como dirigente de cooperativa, como  
811 conselheiro e essa questão do leite ela vem se desenrolando aí quando se falou muito na  
812 questão de alimentos do mundo, que ia faltar alimentos etc, etc, etc, e a gente até disse que ao  
813 invés de ser a bolha dos imóveis, é a bolha dos alimentos, então todo mundo correu e investiu  
814 em alimentos, no caso foi o grupo LAEP, Roberto, se você permitir aqui vou contar um  
815 pouquinho de história que eu acho que vai chegar junto com você aí, a LAEP então a  
816 cooperativa já estava numa situação apertada, foi vendida para LAEP e logo em seguida essa  
817 falsa bolha, quer dizer, ela explodiu, na realidade existia e veio a crise internacional e a LAEP  
818 foi ficando, digamos, é inadimplente inclusive conosco, os produtores rurais, houve atraso de  
819 pagamentos, se nossa cooperativa aqui ainda não estivesse uma reserva de caixa talvez por uns  
820 60 dias ou mais nós não receberíamos o nosso pagamento, de maneira que acabou que a LAEP  
821 também teve que desfazer de seus ativos de Norte a Sul e Leste e Oeste no Brasil que tinha  
822 ativo do Rio Grande do Sul até o Nordeste certo, ela teve que desfazer de grande parte disso aí,  
823 aqui ficou pela sua subsidiária que pra integrar a INTEGRALAT acredito que muitos de vocês  
824 aqui devem saber dessa história que eu estou falando aqui, vocês vêem que ladainha que é isso  
825 aí e nós ficamos lá na ponta tomando todas as rabanadas, de maneira que a LAEP assumiu  
826 aqui o laticínio e ela como subsidiária né, como parte da LAEP, o quê que aconteceu, também  
827 teve que ser negociada, e onde que surgiu né, que ela ficou aqui como a marca Parmalat surgiu  
828 esse consórcio com a Leite Bom que é a atual administradora, então a INTEGRALAT  
829 simplesmente ela à época da cooperativa nós estávamos cumprindo todos os requisitos da  
830 legislação ambiental, porém a INTEGRALAT deixou a deriva esse passivo ambiental, a



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

**Secretaria Executiva**

831 operação dela adequada, de maneira que ela preferiu pagar suas contas, outros passos, digamos  
832 em vez de perder o braço, perder o dedo, de maneira que ela deixou a deriva a parte ambiental  
833 pra suprir outros itens e a Leite Bom herdou esse passivo num período aí, digamos assim, que  
834 não deu tempo pra eles de tomarem as devidas providências a ponto de ser multado em  
835 500.000 reais, enquanto que o investimento para correção ambiental vai ficar em 1.000.1000  
836 num período de escassez igual ele próprio está confessando aqui que hoje nós estamos, todos  
837 nós inclusive produtor rural não consegue tirar um financiamento se não estiver com a  
838 regularização ambiental em dia, fica travado de maneira que eu entendo, a legislação ambiental  
839 é lógico que tem que ser cumprida, mas tem hora que a gente fica numa encruzilhada forte  
840 porque nós temos que nos resguardar a parte social econômica que tem como ele já descreveu  
841 aqui quase 600 funcionários diretos fora os indiretos que são os carreteiros e outros, mais de  
842 três mil produtores que tem aí as suas famílias, os empregados que dependem desse  
843 empreendimento, a cidade também depende do empreendimento, então hoje eu acredito o  
844 seguinte, nós estamos com uma responsabilidade grande em nossas mãos aqui, é só esse alerta,  
845 é mais essa informação viu Roberto, que eu queria dar aqui pra que todos saibam pensar, igual  
846 você falou, com carinho e com muita consciência na hora de dar o seu voto. MARCO  
847 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – como se diz, é um caso muito delicado  
848 que a gente tem nas mãos aqui hoje, que isso ainda não ocorreu aqui dentro desse conselho, nós  
849 estamos falando aí de investimento, de multa, de grande laticínio, a gente sabe da importância  
850 dessa planta pra Leite Bom, eles querem alcançar segunda posição em termos de produtos  
851 lactos no Brasil, isso pra gente no município aqui e região vai ser muito importante porque vai  
852 crescer o município, movimentar a economia, nós precisamos muito disso no município,  
853 movimentar nossa economia, a gente sabe que as dificuldades que estão sendo criadas e o  
854 município está passando, então geração de emprego, nós estamos aí falando nada, nada  
855 envolvendo praticamente 30.000 pessoas nesse processo, nada, nada é 10% da população do  
856 município, isso é um impacto muito grande, a gente fala em 10%, 10% é muito pouco, aí você  
857 fala em 30.000 pessoas é muito grande, a gente fala em taxa de juros todos sabem que a nossa  
858 SELIC subiu pra 10.75, isso é inadmissível em nosso país uma taxa de juros tão alta dessa  
859 forma e uma empresa assumindo um compromisso que ela acabou de assumir hoje com a  
860 SUPRAM de um investimento a curtíssimo prazo que a gente sabe, assumindo a  
861 responsabilidade de uma multa também, e se não cumprir de uma multa dobrando ela né,  
862 passando pra 1.000.000 de reais e o fechamento imediato aonde seria um cataclisma aqui na  
863 nossa região e ele precisa dessa licença porque o BNDES não vai liberar o dinheiro dele se ele  
864 não apresentar a licença ambiental aí nós vamos estar com o problema da mesma forma na  
865 mão, sendo que, se ele perdesse essa licença e o prazo, ele já vai perder o financiamento,  
866 perdendo o financiamento, nós já estamos com uma taxa de juros novos no mercado que  
867 provavelmente vai ser trabalhada por todas as instituições financeiras porque, saiu ontem, hoje  
868 você já pode saber, se vocês olharem lá nos bancos o cheque especial vai subir, a taxa de  
869 crédito ao consumidor sobe e tudo mais, acaba que sobra pra gente uma coisa totalmente  
870 infundada do governo federal a meu ver, esse aumento, porque nós não estamos com risco de  
871 hiperinflação, de inflação pra ter um aumento de taxa de juros, a minha preocupação a gente  
872 sabe, o Afonso, eu sei do que ocorre aqui desde 2004 que é da licença, eu conheço o per caso  
873 todinho da cooperativa, da mudança de empreendedores e a Leite Bom assumiu aqui agora em  
874 01/abril/2004 então nós ainda não temos nem 120 dias, isso é um curto espaço de tempo pra  
875 um grande empreendedor fazer todas as adequações, tomar ciência de seus passivos todos,  
876 provavelmente pode ter outros passivos nesse meio e fazer suas adequações numa época de  
877 crise para o setor, então eu tenho aqui uma sugestão, como ele já firmou esse TAC que é esse  
878 compromisso com a SUPRAM, eu vou solicitar que a gente passe para o deferimento do  
879 licenciamento em decorrer de todos os problemas que ele teria pelo indeferimento, sendo que



880 ele precisa disso, eu sei, eu ou da área financeira também, nós somos representantes do  
881 BNDES na região e do BDMG, se ele perder essa carta desse financiamento, ele tem que fazer  
882 os estudos todos de novo, isso decorre de mais custo e tempo, ele só vai rever esse dinheiro  
883 provavelmente o ano que vem que ele vai ter essa carta, estamos em época de eleição, é tudo  
884 mais lento dentro do governo federal, então eu tenho essa ciência e essa compreensão também,  
885 então a minha sugestão é pelo deferimento com as adequações do prazo em cima do TAC dele  
886 nas condicionantes e como está sugerido no TAC não cumprimento, dobra a multa, fechamento  
887 imediato. ELISA COSTA, PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES – também  
888 gostaria de manifestar sobre esse tema porque ele traz uma reflexão importante para o  
889 município e queria abordar primeiro o grande desafio que todos temos aí a gente também como  
890 gestora municipal de equilibrar o social econômico ambiental, esse é o nosso grande desafio  
891 desse tempo de história e particularmente do município de Valadares, nós estarmos construindo  
892 o desenvolvimento sustentável, isso implica em gerar empregos, expandir as empresas como  
893 desejamos com a Companhia de Alimentos Ibuturuna mas, estarmos deixando um legado de  
894 que o nosso meio ambiente deve ser cuidado para preservação, a Companhia faz um papel  
895 importante que é agregar valor ao leite com os três mil produtores que hoje entregam leite para  
896 a produção da indústria do leite, isso é extremamente significativo pra gerar empregos na nossa  
897 cidade, queria destacar das condicionantes, duas, que eu acho assim, importantes pra, todas  
898 são, mas essas duas especialmente pra cidade que são as adequações na estação de tratamento  
899 de esgoto da Companhia e com certeza faz parte do TAC né, que já foi assinado e até porque  
900 isso vai se somar ao projeto municipal também de tratarmos o esgoto da cidade da mesma  
901 forma também a recuperação da mata ciliar do Córrego Figueirinha, que eu acho uma outra  
902 condicionante muito importante pra cidade até porque a água que utilizada na empresa é do  
903 Figueirinha e é bastante significativo que nós cuidemos do Figueirinha e da mata ciliar, seja  
904 jusante, seja montante da Companhia, então acho que cumprir essa condicionante é  
905 significativa, até porque nós estamos trabalhando também para cobrir de vegetação nossa  
906 cidade e nossos distritos em projetos, estamos trabalhando pra isso, especialmente mata de topo  
907 de morro e mata ciliares ao longo do rio Doce e ao longo dos rios da nossa cidade,  
908 especialmente o Figueirinhas que ainda nos traz algumas dificuldades quando inunda entra em  
909 muitas residências ainda em partes da cidade, mas isso com certeza vai nos auxiliar a cuidar do  
910 nosso desenvolvimento, então, registrar aqui também o compromisso da importância da  
911 empresa, da Companhia para o nosso município né, dentro desse contexto do TAC né, e  
912 agregação de valor de uma indústria significativa, e hoje como o nome Leite Bom, senti  
913 compromisso da empresa de cumprir, acho que isso é muito importante, dizendo isso aqui  
914 nesse conjunto junto aos conselheiros, isso nos compromete a todos e eles estão dizendo isso  
915 de público, então isso está mais do que além do que está escrito, também no que está sendo dito  
916 então tem um valor, a presença aqui do empreendedor e por fim faria apenas um comentário,  
917 conselheiro Marco Antônio, esse debate é sempre importante, eu também considero que cada  
918 vez mais deveríamos evitar um aumento de juros, mas eu considero que pra garantir, na minha  
919 avaliação, não sou profunda entendedora de economia, mas um pouquinho todos nós  
920 entendemos, até pela necessidade de compreender o país e o mundo, mas assim, eu considero  
921 que pra manter a estabilidade econômica neste tempo, após crise com a perspectiva de  
922 crescimento do Brasil pra além de 6% podendo chegar aos 7%, nós podemos ter já um excesso  
923 de consumo, excesso de consumo pode nos levar a alta de infração e infração, ela cada vez  
924 mais, ela prejudica especialmente os mais pobres, porque incide diretamente no salário e incide  
925 diretamente no consumo do alimento, no consumo da cesta básica, enfim, atinge a todos mas  
926 atinge primeiramente os trabalhadores e o mais pobres então, o quando se eleva os juros é pra  
927 conter o consumo, pra evitar um crescimento além do que o país suporta, porque hoje nós  
928 vamos precisar de uma infra-estrutura grande pra suportar um crescimento de 7%, infra-



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

**Secretaria Executiva**

929 estrutura urbana, infra-estrutura de estrada, de portos, aeroportos, então, o Brasil crescendo  
930 como a China vai exigir de nós investimentos altos em infra-estrutura logística, ou seja, então  
931 eu fala assim, nós vivemos uma, é mesmo uma dificuldade aí de encontrar o melhor equilíbrio  
932 para o país, então apenas eu refletiria isso porque eu ouvi de um economista, olha, é muito  
933 ruim um crescimento pequeno, mas também se a gente cresce demais nós também podemos ter  
934 problemas na condução da estrutura do país, então acho que é buscar o equilíbrio para um  
935 crescimento, o mais o importante não é crescer tão pouco e nem crescer exageradamente, mas  
936 crescer, vamos dizer assim, sustentavelmente, que é o que a gente quer para o meio ambiente,  
937 então só deixar essa reflexão também desse contexto que nós estamos vivendo porque eu acho  
938 que o Brasil está dando certo, obrigada. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES,  
939 FIEMG – é só, eu vou contestar a taxa de juros porque é a minha área, que eu sou de formação,  
940 com NBY e tudo mais, então a gente sabe que isso daqui é um impacto muito forte na melhoria  
941 da tecnologia dentro de qualquer grande empreendimento, do pequeno a gente nem fala porque  
942 fica muito longe ele alcançar esse nível de financiamento, a taxa de juros nesse ponto ela freia  
943 a economia, freia bastante e isso pode ser um pouco perigoso porque isso pode gerar  
944 desemprego, se você não tem consumo, você não tem produção, a fábrica, a indústria não vai  
945 manter aquele quadro que ele precisa em cima deste crescimento previsto pelo governo federal,  
946 que a gente acha altamente louvável, mas pra nos chegarmos lá hoje isso aqui é a terceira taxa  
947 de juros maior no mundo, que ela não fica só em 10.75, ela ultrapassa muito mais esse valor,  
948 ela chega a quase 20% no bolso do grande empreendedor, a gente sabe disso dentro da  
949 CENIBRA, da USIMINAS porque vocês acabam buscando esse tipo, pra vocês é mais fácil  
950 que vocês buscam a VALE, todo mundo busca o dinheiro no mercado internacional que é mais  
951 barato, a contramão, o governo também consegue grandes investimentos, então nós temos uma  
952 entrada grande de capital dentro do nosso país e a gente eleva o nosso caixa em dólar mesmo,  
953 isso também é louvável, que a gente acaba tendo condições que era uma coisa que eu não  
954 acreditava ver num governo do Lula, nós estarmos emprestando dinheiro via FMI, então é, e  
955 passar de devedor a credor, isso pra nós, nosso país tem tudo pra despontar muito mais e ser  
956 não só uma terceira economia, quarta, mas meu sonho é ver isso daqui como a primeira  
957 economia do mundo, só depende da gente, nós temos tudo aqui dentro, matéria-prima nós  
958 temos, o mundo depende da gente, nós temos água que é o principal que pode gerar guerras  
959 futuras, mas era só pra ilustrar esse ponto. ODÚLIO MARINSE DE MOURA, SIND. DOS  
960 GEÓLOGOS - aqui foi apresentado um histórico da cooperativa e dos operadores dessa  
961 cooperativa, sucessores da cooperativa, eles trouxeram pra nós um problema, o problema  
962 financeiro e não uma solução ambiental que é o que nós precisamos, então veja bem,  
963 compraram, adquiriram esses direitos a quatro meses, eu não sei quando começou essa  
964 discussão do TAC, quando eles compraram eles tinham que ter em mente duas coisas, primeiro  
965 ter o dinheiro pra comprar e saber as conseqüências dos custos futuros de operação, esse é um  
966 problema financeiros deles, não é nosso, agora nós temos que fazer uma mudança para que  
967 obtenham o empréstimo, é um problema também deles financeiro, então quero deixar bem  
968 claro que são duas coisas distintas, um problema financeiro, um problema de gerenciamento  
969 quando foi adquirido possivelmente já conheciam o problema que estava pra vencer essa  
970 licença ambiental, então eles teriam que ter contado com esse assunto como prioritário, esse é o  
971 primeiro ponto, o segundo ponto é, foi feito um TAC firmado ontem casualmente e esse TAC  
972 não veio pra nós, nós não temos conhecimento, então eu pergunto pra equipe técnica, pra  
973 presidente da mesa se esse TAC atende a situação ambiental da empresa e que nós vamos ter  
974 garantia de que com esse TAC estaremos tendo solução para o problema ambiental que nos  
975 apresenta, porque nós temos um problema ambiental pra discutir o licenciamento ambiental da  
976 empresa, não o problema conseqüente dessa licença ambiental que é um risco que se corre  
977 quando se adquire um passivo né, então eu gostaria de ouvir de vocês onde está esse TAC, o



978 quê que contenpla esse TAC e como nós podemos nos sentir seguros para atender os ensejos de  
979 todos né, os empregos, social, econômico e principalmente o ambiental que é pra isso que nós  
980 estamos aqui, ok. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE  
981 MINEIRO – vou passar a palavra para a advogada da SUPRAM e só colocar pro senhor  
982 conselheiro, que o TAC tem a previsão legal né, que é o amparo para o empreendimento  
983 continuar licenciando, se adequando e que ele não venha à apreciação, ele pode ser informado  
984 aos senhores e a competência da assinatura é da SUPRAM, estou passando a palavra para a  
985 Dra. Isabela. ISABELA, SUPRAM LESTE - realmente esse TAC foi firmado agora e ele não  
986 veio a conhecimento exatamente, que é o que a Laís explicou, porque ele não é parte  
987 integrante desse processo, ele é parte integrante do processo de auto de infração que é um  
988 processo a parte, o que nós gostaríamos de explicar é que a revalidação foi indeferida porque a  
989 revalidação é dada com base em duas questões que são cumprimento de condicionantes e  
990 relatório de avaliação de desempenho ambiental, nesse caso o empreendimento não cumpriu  
991 condicionantes e não teve um bom desempenho ambiental, isso nós pegamos, não foi só um  
992 monitoramento e falamos, ah, o empreendimento operou vários anos sem um bom  
993 desempenho, não, foram vários monitoramentos, foi a longo de muito tempo então com isso  
994 insequiu o indeferimento dessa licença, porque a revalidação seria a comprovação aqui de que  
995 ele está apto a continuar, então ela foi indeferida essa licença porque nós achamos que é o  
996 momento de se começar de novo com uma licença de operação corretiva em que o  
997 empreendedor vai ter novos prazos pra adequar tudo que não foi feito até agora, revalidação  
998 não é o momento de começar a adequar o empreendimento, então isso que nós entendemos,  
999 além disso a questão da poluição causada ao longo dos anos da licença de operação, então por  
1000 isso nós entendemos pelo indeferimento dessa licença. SÉRGIO, DNPM – eu estou achando  
1001 assim, por exemplo, nós vamos votar aqui, a empresa já não cumpriu, tem esse passado de não  
1002 ter cumprido certo, então eu concordo com ele, como que eu voto uma coisa que eu não estou  
1003 vendo, eu te pergunto, quais os prazos que vocês colocaram pra ser cumpridas as novas  
1004 exigências que estão sendo, quem fez esses estudos para essas exigências, quem garante que o  
1005 estado fiscaliza nos prazos, entendeu, então como pode esse grupo votar uma coisa que não se  
1006 conhece, eu concordo com a prefeita, com o representante da FIEMG, mas representamos o  
1007 estado aqui, representamos o estado, a empresa já não cumpriu e colocam aqui na mesa alguma  
1008 coisa que os conselheiros não tem conhecimento, qual prazo, quem estudou esses prazos,  
1009 quando que esses fiscais vão lá, porque duas vezes de chance numa empresa que já não  
1010 cumpriu, entendeu, representamos o estado, evidentemente que a prefeita representa o  
1011 município, o companheiro representa os interesses da FIEMG, mas e os representantes do  
1012 estado aqui, é impossível se votar uma coisa que você não conhece. ALEXANDRE SYLVIO  
1013 VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – eu queria só fazer umas observações com relações ao  
1014 material que eu li aqui nessa última semana, dá pra ver que a questão do descaso é antigo, ele é  
1015 desde 2004, de lá pra cá é auto de infração, multas, e eles continuaram a não cumprir, dentro  
1016 desse histórico, porque esse empreendimento já passou por três fases distintas né, Cooperativa  
1017 primeiro, depois Parmalat e agora a Leite Bom, e nós podemos observar aqui detalhes que  
1018 realmente eram básicos, por exemplo, muitas condicionantes elas foram cumpridas atrasadas,  
1019 mas foram pelo menos, mas algumas aqui, eu cheguei até a marcar aqui, a estação de  
1020 tratamento de esgoto né quando foram vistoriar dos três aeradores só tinha um funcionando,  
1021 uma empresa trabalha 400.000 litros de leite por dia, isso é muito complicado, o quê que você  
1022 vai estar jogando dentro do nosso Figueirinha, um segundo ponto aqui que eu achei  
1023 interessante, que a prefeita falou é a mata ciliar, está aqui, desde 2004, escrever todo mundo  
1024 escreve mas na hora de fazer ninguém faz, coisa simples pra ser feita, eu acho que não deve  
1025 demandar um custo, e no entanto não foi cumprido, bom, agora nós estamos vivenciando a  
1026 terceira fase da empresa que é a Leite Bom assumindo essa empresa, eu fiquei pensando aqui,



1027 nesses últimos seis anos, ou seja, o grau de poluição dessa empresa nos últimos seis anos,  
1028 dentro do Figueirinha, na atmosfera, seja lá pra onde for, há problemática e ela continuou  
1029 funcionando, culminando agora com essa mudança, eu acho que tem todo um contexto por traz  
1030 disso né, social ou fanista pela própria empresa, por ser característica de Valadares, a própria  
1031 marca, mas a empresa nova, ela sabe né, vocês tomaram ciência de que a situação ela é crítica,  
1032 e se comprometeram através do TAC a resolver esses problemas, aí gera essa questão da  
1033 dúvida como você falou né, puxa, mas tanto tempo já enrolando isso aí e agora, eu não sei, eu  
1034 tenho um ponto de vista com relação a isso, eu acho que a mudança, de repente nós temos que  
1035 dar um crédito ao novo empreendedor, eu acho que isso é fundamental, mas eu acho o  
1036 seguinte, não deve passar desse ponto, um TAC vai ter que ser cumprido integralmente,  
1037 qualquer falha nesse meio tempo seria o indeferimento da licença. MARCO ANTÔNIO  
1038 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – não mais nós que moramos aqui na cidade a gente  
1039 sabe do histórico todo da Cooperativa, então a gente sabe da penalidade de 2004 até 2008  
1040 quando era Cooperativa da irresponsabilidade que foi de não ter feito nada, a gente sabe disso  
1041 tudo, mas, igual você falou agora no final, dê um crédito ao novo empreendedor e ele acabou  
1042 de assinar uma coisa, não é um investimento de imediato isso, isso é uma coisa pra ontem pra  
1043 sanar todos os problemas que tem seis anos que estão aqui ou mais, se a gente for ver não deve  
1044 ser só seis anos, seis anos que foi feito o estudo de revalidação, lá atrás, e eu chamo mesmo a  
1045 responsabilidade porque os anteriores foram irresponsáveis nesse ponto, de deixar chegar a  
1046 esse ponto, conforme o Afonso falou das dificuldades todas, mas que procurasse adequar à  
1047 medida que sobrasse alguma coisa, e que não foi feito, venderam o parque em 2008, de 2008  
1048 pra cá é um pulo, nós tivemos uma crise mundial que afetou o nosso país um pouco, não tanto  
1049 o setor alimentício mas afetou, então essa questão da responsabilidade do empreendedor que  
1050 ele colocou, a gente acredita que a SUPRAM ela não iria assinar um documento sem as bases  
1051 legais para estar assinando esse documento, pra passar pra frente, porque eles estariam  
1052 incorrendo de improbidade administrativa no caso, você sabe bem, você é funcionário federal,  
1053 sim, sim, mas ela está colocando que um prazo máximo, depois a Isabela pode falar pra gente  
1054 que eu acho que não estoura um ano isso, com certeza, que isso nós colocamos, participei de  
1055 uma reunião antes também, eu vi que eles conversaram e falaram que não estoura em um ano,  
1056 coisa que vem mais de seis anos e com compromisso de que não cumpriu uma vai dobrar e vai  
1057 fechar de imediato e é lógico que nós todos aqui presentes vamos cobrar isso, não cumpriu uma  
1058 condicionante vai fechar imediatamente. ISAQUES LUZIA NEVES, FEDERAMINAS – olha,  
1059 eu acho que é uma questão que tem que pensar realmente com muito carinho porque é o  
1060 seguinte, é uma responsabilidade pro estado e pro município muito grande porque esse  
1061 empreendimento ele deu errado né, eles deixaram de cumprir durante muitos anos, mas agora  
1062 após uma crise mundial tão séria, uma empresa assumi pra fazer um trabalho que já assinou aí  
1063 esse TAC né, então é o seguinte, tem que ver, e mesmo porque a gente está falando do rio  
1064 Figueirinha, a gente falou tanto da poluição do rio Figueirinha, eu acho que é convidar as  
1065 pessoas pra ver o quê que é o rio Figueirinha, eu acho que a poluição que a Cooperativa causou  
1066 no rio Figueirinha, ela não causa 1 milésimo do que é a poluição do rio Figueirinha hoje, o rio  
1067 Figueirinha é uma vergonha, ir lá hoje é pior que qualquer esgoto, não, não é esgoto não, que  
1068 esgoto seria muito melhor que ele, você vê um esgoto a água é muito mais limpa, o Figueirinha  
1069 é uma água grossa que já está concentrado, Figueirinha é um esgoto concentrado, então quer  
1070 dizer, nós devemos repensar porque essa é uma questão social, uma questão econômica pro  
1071 município e que mesmo que a Cooperativa causou problema ambiental, não é tão grande como  
1072 problema ambiental que nós estamos tendo no rio Figueirinha, então deve refletir muito bem  
1073 sobre a licença dessa empresa e refletir muito mais já que discutiu sobre essa poluição, sobre a  
1074 poluição do Figueirinha que está hoje, que isso pra Valadares é uma vergonha, eu não conheço  
1075 uma situação tão complexa igual essa do Figueirinha, então a gente pode, temos que olhar essa



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

**Secretaria Executiva**

---

1076 situação da empresa que está começando agora, tem pouco tempo e ela é muito importante em  
1077 todos os sentidos para a cidade, então vamos olhar a questão de uma maneira bem global e ver  
1078 realmente a importância que está se propondo. PAULO, SUPRAM LESTE – discutiu muito  
1079 sobre o processo aqui, o empreendimento entrou com um pedido de revalidação e na análise  
1080 dessa ciência, o foco dessa revalidação a gente viu que ele levou uma multa por não cumpriu  
1081 essas condicionantes e por poluir, continuou poluindo, onde que gerou esse outro auto de  
1082 infração, ou seja, durante os seis anos da licença o empreendimento poluiu com parâmetros  
1083 altíssimos, muito acima do que está na legislação, então o primeiro momento agora, a avaliação  
1084 dos conselheiros tem que ser por deferimento ou indeferimento da licença, aconteceu uma  
1085 multa com embargo da obra, segundo decreto 44.844 o empreendimento pode funcionar se  
1086 assinar um TAC, foi o que o empreendimento fez, ele recebeu a multa, foi na SUPRAM,  
1087 protocolou um pedido de TAC pra fazer um TAC, pra assim poder continuar funcionando e  
1088 principalmente ajustar sua conduta, que é a função do TAC, o TAC a função dele é esse, que o  
1089 empreendimento ambientalmente não tenha suas adequações prontas, então o que acontece é  
1090 isso, vai ser votada aqui o deferimento ou o indeferimento da licença, que foi feito um TAC, o  
1091 TAC tem os prazos dentro dele parra o empreendimento se adequar os efluentes atmosféricos,  
1092 as caldeiras, adequar a ETE e o prazo total de tudo com os monitoramentos já todos com os  
1093 parâmetros dentro da legislação, inclusive atmosféricos, efluentes líquidos, com empresas  
1094 licenciadas pra recolherem os resíduos sólidos, com início do projeto de recuperação de mata  
1095 ciliar do Figueirinha, isso tudo vai acontecer nesse prazo de um ano, então basicamente é isso e  
1096 lembrar que o que vai ser votado aqui é o deferimento ou indeferimento da licença  
1097 basicamente. ROBERTO CÉSAR, DIRETOR DE OPERAÇÕES DA LEITE BOM – só pra  
1098 esclarecimento, talvez eu tenha me expressado mau na hora que eu expressei, o consórcio na  
1099 verdade não adquiriu o Ibituruna, o consórcio foi montado numa junção de duas empresas no  
1100 intuito de salvar o Ibituruna, o Ibituruna não tinha condições mais de rodar mais uma semana,  
1101 então a gente não teve tempo hábil de fazer toda essa análise, a dívida de Ibituruna com  
1102 fornecedores, com produtores de leite era imensa, a LAEP não cumpriu as condicionantes por  
1103 uma má vontade ou porque não quis, a LAEP não cumpriu porque ela fez uma opção de pagar  
1104 os funcionários que até então, até hoje ela manteve em dia apesar de toda a crise, buscando  
1105 financiamentos e recursos no mercado pra honrar o compromisso com seus funcionários tantos  
1106 próprios como terceiros, então não foi uma compra, a gente não teve tempo hábil realmente de  
1107 ter analisado se tinha passível ou não porque a gente conhece o nosso nohau de gestão de  
1108 empresas e a gente tem a confiança de que a gente vai sim fazer desse empreendimento uma  
1109 referência, então foi isso, o consórcio foi montado rapidamente em 20 dias num tempo record,  
1110 eu já tive a oportunidade na minha vida de participar de três grandes fusões, Broma e Antártica,  
1111 Ambeve e esse caso foi um caso talvez o primeiro também no país e na história do mundo em  
1112 que duas empresas com o potencial que tem em 20 dias pra não parar as quatro fábricas da  
1113 LAEP se montou esse consórcio no intuito de captar recursos que a gente até agora conseguiu  
1114 porque não parou estamos rodando e estamos pagando, voltamos a pagar os fornecedores,  
1115 voltamos a pagar os produtores, a gente não tinha mais um produtor dos 3.000 em situações  
1116 muito críticas no campo, a gente foi lá e conseguiu negociar, já estou, então desculpe  
1117 conselheiro, só esclarecendo conselheiro que não foi numa aquisição, numa compra, o  
1118 consórcio foi montado no intuito de dar continuidade da fábrica porque uma fábrica de láteos  
1119 depois que para os aspectos ambientais são muito piores, você não consegue parar a vaquinha  
1120 lá de dar leite, então os aspectos são muito hábeis, então a gente tinha que fazer alguma coisa  
1121 muito rápido, e a credibilidade do nosso patronal lá que é o GP mais a Leite Bom a  
1122 credibilidade que tinha rapidamente a gente conseguiu recurso pra dar continuidade na  
1123 operação, e aí aproveitando, só um minuto e meio que eu tenho, o estudo foi feito o seguinte,  
1124 LAEP já tinha contratado uma consultoria externa e aí foi montado um estudo aí de



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

**Secretaria Executiva**

---

1125 praticamente um estudo muito bem feito e foi inclusive protocolado na SUPRAM onde eu  
1126 também tive toda ciência disso que eu não ia colocar eu como diretor operacional, estar aqui na  
1127 frente de todo mundo e dizer, oh, nós vamos fazer, na garantia o seguinte, nós não vamos fazer,  
1128 a minha idéia nós vamos cumprir os requisitos legais, porque o estudo, tanto a minha área  
1129 técnica que está aqui, nós somos a única empresa de lactos que tem um profissional  
1130 corporativo voltado e dedicado só a isso, está me garantindo que o estudo de uma consultoria  
1131 externa conceituada disse que se eu fizer vai trazer e vai dar resultado, eu estou concluindo,  
1132 não deixei isso, eu procurei a Maria Helena e falei, eu preciso que a sua área técnica concorde  
1133 com isso também pra mim dizer lá na frente de todo mundo que o TAC vai ser efetivo, não  
1134 simplesmente por assinar e a área técnica fez esse estudo, analisou o estudo e analisou as  
1135 nossas propostas, então vai ser efetivo, desculpe presidente, passei os dois minutos. ELISA  
1136 COSTA, PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES – grande parte das falas dos nossos  
1137 conselheiros tem razão pelo passivo ambiental proporcionado ao longo desses seis anos, eu  
1138 acho que está todo mundo coberto de razão da reflexão ambiental, não podemos agravar mais o  
1139 problema com o social e econômico que poderá advir de uma paralisação ou de fechamento  
1140 dessa indústria dada gravidade da necessidade da nossa cidade, da nossa região, mas eu quero  
1141 também registrar primeiro, acreditando que o TAC assinado tem força de lei e de  
1142 responsabilidade pra ser cobrado e, mais ainda, independente apenas desse grande Fórum aqui,  
1143 a nossa cidade também vai acompanhar com certeza através das secretarias do nosso  
1144 município, do meio ambiente que também tem o papel de fiscalizar, nós vamos estar  
1145 acompanhando também diretamente o cumprimento dessas condicionantes, especialmente em  
1146 temas que diz respeito a estação de tratamento de esgoto, a mata ciliar e já estamos começando  
1147 a coletar o esgoto para as ETE's que já vamos iniciar a primeira agora, se inicia no mês de  
1148 agosto, a segunda assim que liberar os recursos federais, os projetos, nós queremos recolher e  
1149 fazer o nosso, se não 100% pelo menos 95% do esgoto tratado, é o nosso objetivo claro dessa  
1150 gestão né, é retirar todo o esgoto principalmente do Figueirinha pra que a poluição ela possa  
1151 realmente acabar, então eu quero registrar aqui é, que quando assina um TAC de público aqui  
1152 está gravado por todos nós esse compromisso, eu quero apostar que esse compromisso está  
1153 sendo firmado com a responsabilidade ambiental que exige de todos nós acompanhar  
1154 diretamente né, então eu também quero apostar nisso que está sendo dito aqui e que está sendo  
1155 assumido pra que a gente possa efetivamente e mais ainda, eu acho muito importante que a  
1156 empresa possa expandir no município, gerar mais empregos ainda e por essa razão mais  
1157 responsabilidade ambiental e social com a nossa cidade, nossa região, especialmente com os  
1158 pequenos, médios e grandes agricultores e produtores rurais do nosso município para o  
1159 desenvolvimento também do campo e da cidade, então deixar esse registro aqui de que eu acho  
1160 que no meu entendimento a gente deve dar um voto de confiança nesse processo que está sendo  
1161 construído aqui e acompanhar nessa aposta que eu acredito que ela vai se realizar, obrigada.  
1162 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – além desse acompanhamento  
1163 do município, ao qual eu sou vice-presidente do CODEMA, o CODEMA também vai estar  
1164 verificando esses passo a passo da empresa e da sua responsabilidade, a Federação das  
1165 Indústrias, escutei muito do meu ex-presidente, o atual também já fala isso, Dr. Robson falou  
1166 que aqui nós estamos pra defender aquela empresa que quer andar corretamente e vai ser  
1167 correta ambiental, tributária e trabalhista, nós não estamos aqui pra defender um empreendedor  
1168 que seja bandido nesse ponto e a gente sabe da seriedade desse grupo, porque senão esse grupo  
1169 não estaria nem com ativos na bolsa de valores, então a gente sabe a dificuldade que é pra  
1170 entrar dentro desse círculo, pra captação de recursos também, além do desequilíbrio  
1171 socioeconômico teríamos o ambiental também, porque nada, nada são 400.000 l/dia, aonde que  
1172 nós iríamos jogar os 400.000 litros, provavelmente o produtor rural ia jogar no terreiro dele  
1173 aonde tem um lençol freático embaixo, ribeirão perto, um rio perto e o desastre ambiental





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

**Secretaria Executiva**

1174 também seria enorme e, só completando uma coisa que você formular um termo de  
1175 ajustamento de conduta não quer dizer que você está liberado pra trabalhar, pra colocar sua  
1176 fábrica em operação, não existe isso, isso como se diz, é lenda, se você não tem sua licença  
1177 ambiental você firmou um termo de ajustamento de conduta não quer dizer que você pode  
1178 operar, você tem que paralisar, você está em desacordo, é crime ambiental operar sem licença  
1179 ambiental, fechamento imediato, termo de ajustamento de conduta não dá essa condição ao  
1180 empreendedor é claro isso, é meu entendimento também, e eu sei que é o entendimento do  
1181 Ministério Público também, sendo que, aí é que eu falei, eu solicito, vou solicitar na hora que  
1182 nós formos votar eu quero pedir pela, reverter para o deferimento dessa licença, por causa  
1183 desse problemas, ele não tem essa garantia na segunda-feira de estar trabalhando não, é legal  
1184 isso, isso é ordem legal, todo mundo sabe disso, então a gente tem que ter muito cuidado  
1185 porque senão ele pode estar incorrendo na segunda-feira de chegar lá e ser fechado. LUIZ  
1186 GERMANO, INSTITUTO PRO-RIO DOCE - boa tarde conselheiros, eu acredito que o  
1187 fechamento de uma indústria dessa, ele não vai diminuir nada a carga poluidora do córrego  
1188 Figueirinha, talvez uma oficina mecânica que tenha lá próximo ao córrego Figueirinha que tem  
1189 uma ligação de esgoto clandestino que jogue um litro de óleo, o muito pouco por dia no  
1190 córrego polui muito mais que a indústria, a questão da carga da poluição no ar, se fechar a  
1191 indústria não vai mudar em nada o ar de Valadares, nós não temos indústria nenhuma, então é,  
1192 eu sou engenheiro sanitário, dentro do conhecimento pequeno que eu tenho de engenharia, eu  
1193 gostaria de falar o seguinte, eu prefiro acreditar que um TAC de uma empresa séria assinado  
1194 com a SUPRAM, eu prefiro acreditar que no futuro ele vai ser realizado, nós tenhamos um  
1195 ganho ambiental, que simplesmente fechar uma indústria daqui a alguns meses vem uma outra,  
1196 ocupa o mesmo espaço, teremos os mesmos problemas e não resolveu nada, então a indústria  
1197 está apenas a quatro meses, trouxe uma proposta, acredito que seja séria, foi assinado um  
1198 documento que é muito sério, eu quero crer, tenho certeza disso, é muito melhor um  
1199 entendimento hoje pra continuar funcionando e cumprir o TAC no prazo que foi determinado,  
1200 a minha opinião é essa, obrigado. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE  
1201 NORTE MINEIRO – senhor Raimundo, o senhor desculpa a demora aí, mas. RAIMUNDO  
1202 RODRIGUES PEREIRA, FAEMG – estou aqui para de certa forma dizer que nós do setor  
1203 agropecuário estamos realmente muito envolvidos na questão ambiental e eu não vou falar aqui  
1204 em aspectos técnicos, mas eu gostaria apenas de atuar na área do bom senso que eu espero que  
1205 todos os companheiros evidentemente pelas manifestações estão caminhando nessa direção,  
1206 mas eu gostaria apenas de realçar aqui o fato de que o elemento, devemos estar empenhados na  
1207 questão ambiental, mas o elemento principal, não é secundário, é principal, é o elemento  
1208 humano, milhões de anos se passaram para que houvesse condições para se colocar aqui na  
1209 terra o elemento humano, então esse é o elemento humano principal, Marco Antônio, não se  
1210 trata de 30.000 pessoas que serão atingidas, são centenas ou milhões de pessoas, que um  
1211 fechamento de uma indústria como esta vai atingir, vai refletir na vida de milhões de pessoas e  
1212 pessoas da região, e eu fico pensando que talvez estejamos aqui montando um cabra falso,  
1213 cordinha pendurada, a alça bem feita, e o pescoço nosso sendo colocado ali, não é pescoço de  
1214 Governador Valadares não, é da região, a minha colocação é pra gente pesar o que é mais  
1215 importante o meio ambiente na concepção ou o elemento humano, eu venho aqui para defender  
1216 a pessoa humana dos produtores rurais, de suas famílias e da comunidade regional como um  
1217 todo e eu creio no bom senso dos companheiros, muito obrigado. LAÍS FONSECA DOS  
1218 SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – senhores conselheiros, eu só gostaria  
1219 de levantar um impasse aqui o seguinte, o que eu estou percebendo, desculpe a minha  
1220 franqueza, mas o que está acontecendo é o seguinte, o parecer da SUPRAM Leste Mineiro ele  
1221 está pontuando todo o mau desempenho que o empreendimento provocou ao meio ambiente,  
1222 então o que está em julgamento é a avaliação do desempenho ambiental do empreendimento e



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

**Secretaria Executiva**

1223 vocês estão distorcendo um pouco aqui que o que está sendo julgado é o crédito ao novo  
1224 empreendedor, então vocês me desculpem, mas eu gostaria de trazer o foco para o desempenho  
1225 do, porque nós não estamos julgando uma licença a ser concedida, o que está em análise e  
1226 apreciação é o desempenho do empreendimento na vigência da licença dele, nós fugimos  
1227 totalmente do foco, vocês me desculpem a franqueza. Bem vindo, é ótimo o senhor poder  
1228 tomar, consertar esse empreendimento, firmou um TAC né, que vai dar embasamento pro  
1229 senhor adequar, mas não existe licença PCA e RCA em julgamento aqui não, é o desempenho  
1230 do empreendimento que está em pauta, Isabela. AFONSO LUIZ BRETAS, FAEMG – pra  
1231 mim, senhora presidente, está tudo muito claro, nós estamos julgando aqui o comportamento da  
1232 empresa do ponto de vista ambiental, porém este julgamento está sendo envolto em toda uma  
1233 questão social e econômica, o que foi explanado aqui é o seguinte, que a situação em que pé  
1234 que isso aí chegou ao longo de toda essa explanação né, então após isso aí nós já temos  
1235 também um TAC já, essa avaliação que está aqui foi feita antes do TAC, após isso aqui já foi  
1236 feita um TAC, ou seja, a empresa já está disposta, já dispôs, já assinou com a SUPRAM esse  
1237 TAC então até entendo que por exemplo hoje, ao julgarmos esse licenciamento nós já temos  
1238 uma atenuante que é um TAC, o TAC digamos, vai nos facilitar dizer o seguinte, podemos  
1239 liberar porque já tem um TAC e ela terá que cumprir, se ela não cumprir ela vem ao  
1240 fechamento né, então eu agora até não queria falar sobre isso, eu queria falar de ponderação, a  
1241 ponderação que eu digo é o seguinte, nós já estamos a mais tempo de casa aqui passamos por  
1242 outras experiências né, Marco Antônio, eu queria citar aqui o seguinte, em uma ocasião estive  
1243 aqui também uma empresa de um porte bastante inferior e estava pra ser fechada e o pessoal  
1244 dos técnicos amarraram dizendo que ela tinha outros postos de gasolina e que nesses outros ela  
1245 tinha feito toda a adaptação né, a gente conhecia a situação econômica e financeira do pessoal,  
1246 é um empreendimento de família e a gente também sabia que o valor em cruzeiros, em reais  
1247 pra se fazer uma adaptação no posto não é pequeno, então ela estava pra ser fechada, 27  
1248 famílias iam deixar, iam perder seus empregos, o conselho agiu com bom senso e não permitiu  
1249 que se fechasse, a empresa cumpriu o que tinha o que ser cumprido, o meio ambiente ficou  
1250 satisfeito por isso e ainda gerou mais empregos que foi aquele na área da construção que ela  
1251 executou, os próprios técnicos da SUPRAM na ocasião fizeram aqui uma apresentação da  
1252 reforma do posto, então eu acredito que hoje nós estamos numa situação similar, semelhante,  
1253 então eu acho que não tem muito mais do que discutir, acho que nós todos já estamos com  
1254 ponto de vista formado, acho que nós devíamos era votar essa situação. CLÁUDIO DE  
1255 PAULA BATISTA, IBAMA – todos os pontos focados aqui são muito importantes e não  
1256 podem ser desprezados, nós não estamos aqui pra julgar um passado só, nós estamos aqui pra  
1257 julgar principalmente o futuro, ou nós damos credibilidade à SUPRAM, à sua capacidade  
1258 técnica de fazer um TAC e amarrar para o que aconteceu não ocorra com a nova empresa ou  
1259 saímos daqui, então nós temos que votar e votar pensando que a SUPRAM é capaz, que a  
1260 empresa que se formou vai cumprir o que está ali porque é pesado, eu tinha um problema da  
1261 garantia de que se faria os trabalhos necessários a despoluição, a ETE, que se cuidaria do meio  
1262 ambiente, a minha preocupação era essa, mas ao ver que existe um prazo e curtíssimo com um  
1263 investimento elevado e muito elevado, considerando o leite e principalmente isso, o custo do  
1264 leite, eu acredito que nós não tenhamos que pensar muito no que foi feito no passado, acredito  
1265 que nós temos que dar um voto agora de deferimento também e de confiança no que está sendo  
1266 feito, é essa a minha colocação e acredito que todos nós estamos bem cientes do problema que  
1267 estamos tendo aqui e da gravidade da situação e da nossa responsabilidade, social, social  
1268 humana, social financeira que vai se envolver muita gente e sobretudo como nós estamos nos  
1269 sentindo capazes de entender ou não o que realmente está sendo votado aqui, eu também  
1270 endosso e peço pelo deferimento dessa licença. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
1271 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – conselheiro, com toda licença, o antecessor



1272 apresentou um RCA e um PCA do empreendimento e obteve uma licença ambiental, PCA e  
1273 RCA que o atual empreendedor desconhece porque foi o outro que teve a licença ambiental  
1274 para o empreendimento, não é assim que acontece. ROBERTO CÉSAR, DIRETOR DE  
1275 OPERAÇÕES DA LEITE BOM – pela lógica sim, eu tenho conhecimento pelo estudo técnico  
1276 que nós contratamos tem agora. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE  
1277 NORTE MINEIRO – o senhor já tinha conhecimento desse passivo, o que eu estou querendo  
1278 mostrar para os senhores que não há um projeto, o TAC não está em discussão, o TAC foi  
1279 firmado com a SUPRAM no sentido de que aqueles pontos que ele deve imediatamente  
1280 proceder a adequação, isso aí ele já propôs, ele vai fazer, agora, o que eu estou querendo  
1281 mostrar pros senhores que a nossa obrigação é esclarecer aos senhores que o que está em pauta,  
1282 não existe licença em julgamento, não existe um projeto que ele apresentou que esteja em  
1283 julgamento, conselheiro, o que está em pauta é a revalidação da licença do empreendimento,  
1284 não existe a pontuação, ele teve bom desempenho, o que está em pauta é isso, então nós não  
1285 estamos cometendo injustiça ou irresponsabilidade de não revalidar, porque vai continuar  
1286 funcionando agora com comprometimento de adequação imediata, dá uma revalidação pra ele,  
1287 ele tem responsabilidade com esse passivo que ele encontrou, não foi ele que provocou este  
1288 passivo, ele simplesmente leva o ônus e o bônus nessa compra, mas o senhor dá uma  
1289 revalidação de que teve, o senhor está() a favor de revalidar uma licença assumindo que a  
1290 interpretação dos senhores é que ele teve bom desempenho, ele merece a revalidação dessa  
1291 licença, é esse o comprometimento. (NÃO SEI QUEM FALOU) só pra deixar bem claro,  
1292 vamos ver se eu entendi, vai ser votado uma revalidação, ele vai operar com revalidação certo,  
1293 está correto, existe o interesse econômico que ninguém discute aqui pro município né, os vários  
1294 interesses sociais aqui, agora, o que está se discutindo aqui, os conselheiros, eu concordo com a  
1295 presidente, que os conselheiros irão votar certo, eu sou até a favor que revalide, mas vão votar  
1296 sem conhecimento do TAC, isso ninguém tira, foi assinado um termo certo, mas não temos  
1297 conhecimento do que está escrito no TAC. ISABELA, SUPRAM LM – o TAC prevê  
1298 exatamente que seja todos os parâmetros, que esteja todos os parâmetros dentro da legislação  
1299 vigente e no prazo de doze meses no máximo e que seja, que o empreendimento pague a multa  
1300 em dobro caso de descumprimento, o TAC é título executivo então o não cumprimento por isso  
1301 a SUPRAM agiu dentro da legalidade porque esse é um documento que pode e será executado  
1302 caso não seja cumprido, mas é importante lembrar o quê, o empreendedor não cumpriu  
1303 requisitos necessários para uma revalidação de licença, isso não existe, o empreendedor pode ir  
1304 segunda-feira à SUPRAM e entrar com novo processo de licenciamento e ele vai obter a  
1305 licença de operação corretiva, pra isso, isso sim ele pode recorrer a SUPRAM e nós vamos com  
1306 certeza, se os projetos forem feitos dentro dos padrões conceder essa licença, tenho certeza que  
1307 o COPAM também faria isso, agora, requisitos para revalidação de licença não foram  
1308 cumpridos, não tem sequer uma condicionante cumprida dentro do prazo, não tem padrões  
1309 dentro da legislação ambiental vigente, está tudo fora dos padrões, foram anos de poluição,  
1310 então quer dizer, porque o Figueirinha está poluído nós vamos aceitar que seja lançado mais  
1311 uma fonte de poluição sem controle, eu acredito que não. ISAQUES LUZIA NEVES,  
1312 FEDERAMINAS – olha, tem uma discussão na realidade o seguinte, parecendo confuso, mas a  
1313 questão que nós estamos discutindo realmente é o futuro, porque na realidade o empreendedor  
1314 necessita dessa revalidação pelo que eu entendi pra que dê continuidade a planta, então o que  
1315 nós estamos discutindo na realidade é o futuro, quer dizer, o TAC ele reforça a necessidade do  
1316 empreendedor de mudar e readequar, o empreendedor assumiu uma empresa há 120 dias, nós  
1317 temos que ter uma consciência aí que nós estamos julgando o futuro, que o passado, quem fez a  
1318 situação no passado realmente causou grandes danos e nós estamos querendo é o futuro,  
1319 intensa revalidação, o TAC está garantindo que ele cumpra toda a legislação, que não polua  
1320 mais, quer dizer, com isso ele não vai poluir mais, então nós precisamos dar esse voto, ele foi



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

**Secretaria Executiva**

1321 penalizado com uma multa alta, então nós precisamos dar um voto de confiança pro  
1322 empreendedor, o empreendedor veio pra município, pra investir no município para nos socorrer  
1323 de grandes coisas e está disposto a mudar o passado sombrio de poluição, então quer dizer, é  
1324 uma questão realmente clara, então ele precisa da revalidação, pra ele pegar o financiamento,  
1325 acabar com a poluição e continuar mantendo os empregos e o prazo de um ano, então quer  
1326 dizer, o radicalismo de querer parar, de não dar licença pra ele recomeçar uma coisa toda do  
1327 zero, pra quem é empreendedor aí sabe, a vida não é assim, a gente não consegue parar uma  
1328 situação sem o dinheiro, não vai conseguir, então o prejuízo é maior, a poluição é maior, então  
1329 o que a gente tem que visualizar é do ponto de vista do futuro, o empreendedor não vai poluir,  
1330 o empreendedor vai corrigir a poluição, as mazelas do passado e ele vai manter a empresa,  
1331 manter o emprego e não manter meio ambiente, é tirar a poluição, melhorar o que já foi feito  
1332 no passado. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO –  
1333 senhores, eu acho que a gente já pode colocar. ODÚLIO MARENSI DE MOURA, SIND. DOS  
1334 GEÓLOGOS – eu acho que todos estão corretos, todos sabem exatamente o que estamos  
1335 votando, mas fica muito claro pra mim é o atraso de tudo isso, quer dizer, de 2004 pra cá nós  
1336 dormimos, não fizemos nada e a poluição não é de 2004 quando foi essa infração aí e tudo  
1337 mais, já veio muito anterior, ela já vinha tendo poluição entendeu, e nunca foi feito nada, eu  
1338 acho que esses empreendimentos que nós temos aí na cidade, quando se vê o Figueirinha está  
1339 poluído, é tão fácil os órgãos competentes olharem da onde vem essas poluições e porque que  
1340 não se executa esses empreendimentos que estão trazendo essa poluição, então nós demoramos  
1341 demais, agora não adianta nós quisermos recuperar o que foi poluído em 2004, 2005, isso já  
1342 são águas passadas, essa é a grande verdade, entendeu, então nós temos que nos preocupar com  
1343 o futuro, agora, o futuro, veja bem, como a Dra. nos informou o TAC corrige o passado, ela  
1344 está como uma correção dessa multa né, e agora o futuro como será, esse TAC vai premiar, vai  
1345 resolver os problemas futuros, essa é a minha pergunta inicial, o quê que tem nesse TAC, esse  
1346 TAC substitui, nós podemos votar com tranquilidade, o que está acontecendo na realidade.  
1347 LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – conselheiro,  
1348 geralmente a nossa praxe é as cláusulas do TAC elas são praticamente aquelas condicionantes  
1349 que ele descumpriu, que são as ações imediatas, agora, nós não temos um plano PCA e RCA da  
1350 atividade a ser exercida por ele, o órgão ambiental não tem conhecimento, então se ele entrar  
1351 com licenciamento corretivo, nós vamos ter conhecimento do PCA e RCA dele, das propostas  
1352 e ações mitigadoras, revalidando conselheiros não teremos, então nós temos que dar  
1353 embasamento pros senhores, então acho que nós vamos colocar já em votação e só gostaria de  
1354 lembrar uma coisa aqui, a recomendação da equipe técnica é pelo indeferimento, quem estiver  
1355 de acordo com o parecer técnico da SUPRAM permaneçam como está, eu falei que o parecer  
1356 técnico da SUPRAM Leste recomenda o indeferimento, quem estiver de acordo com o parecer  
1357 da SUPRAM permaneça como está, conselheiros, conselheiros, a recomendação da equipe  
1358 técnica da SUPRAM é pelo indeferimento, vocês estão a favor do indeferimento, então, o  
1359 senhor está contrário ao parecer da SUPRAM, então levanta o braço conselheiro, a gente tem  
1360 que mudar, tem que sair da mesmice, entendeu, agora eu peço, agora eu peço o apoio da equipe  
1361 da SUPRAM pra colocar, pelo jeito vai ser pelo deferimento, nós precisamos definir, diretora,  
1362 o prazo a ser concedido, então, quem está de acordo com a revalidação da licença permaneçam  
1363 como estão, Andréia, qual o prazo de validade a ser concedido? ANDRÉIA, SUPRAM LESTE  
1364 – o prazo de validade pra revalidação de licença, existe na legislação específica que é um prazo  
1365 de quatro anos né, então, nós não temos condições agora nesse momento de avaliar qual foi o  
1366 nível de autuação que ele teve pra diminuir ou dar o mesmo prazo, outra questão importante, o  
1367 cumprimento do TAC, o TAC tem o prazo de um ano, nesse uma ano nós temos todo um  
1368 controle que vai ser executado e depois desse ano vencido qual vai ser o controle que a  
1369 SUPRAM vai continuar fazendo, monitoramento, não vai ter nada porque no TAC, o TAC ele



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

**Secretaria Executiva**

1370 tem o prazo de um ano, ele vai adequar o empreendimento e apresentar no final de tudo um  
1371 monitoramento comprovando que ele está adequado e depois desse ano se o prazo for maior do  
1372 que um ano, qual vai ser o nosso controle. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
1373 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – o prazo, ele não pode ser menor que um ano, o  
1374 prazo mínimo da LO é quatro anos, não pode ser menor que quatro anos, eu não posso, o prazo  
1375 mínimo é quatro, se ele fosse seis eu poderia diminuir dois, então seria o quatro anos o prazo  
1376 mínimo para revalidação. ANDRÉIA, SUPRAM LESTE – então nós sugerimos que se o prazo  
1377 por lei são quatro anos, então vamos colocar condicionantes para que a gente consiga fazer  
1378 outros controles que não estão no TAC, fazer isso hoje aqui não é possível, então a gente pode  
1379 trazer na próxima pauta um trabalho mais cuidadoso em relação a outros itens que não estão  
1380 constando no TAC, a gente pode inclusive nesse parecer citar o que está no TAC pra  
1381 conhecimento dos conselheiros e colocar novas condicionantes, incluindo monitoramento,  
1382 programa educação ambiental, outros programas que a gente acha pertinente. ELISA COSTA,  
1383 PREFEITA DE GOVERNADOR VALADARES – essa fala da Andréia ela devia até ter  
1384 precedido a nossa votação né, mas assim, é, eu penso que esse prazo que está sendo concedido,  
1385 inclusive aqui avaliado pelo COPAM eu entendo que é o prazo último de um ano, de um ano,  
1386 eu entendo assim, neste um ano apesar da legislação permitir, mas eu acho que o acordo aqui é  
1387 que trabalhe por um ano, eu compreendo que deve ser observado isso, o município vai  
1388 observar e vai acompanhar e com certeza a SUPRAM, nesse sentido. CAPITÃO FERNANDO,  
1389 POLÍCIA MILITAR – na realidade nós tivemos toda uma discussão aqui, eu nem quis dar a  
1390 minha opinião porque eu já vi que todo mundo tinha entendido e percebido, só que alguns  
1391 estavam votando que são social, econômica, até emotiva e tal, nós já tivemos uma aula aqui do  
1392 direito quais seriam os critérios pra gente votar, que a responsável pelo setor jurídico, a Dra.  
1393 comentou ali que seria cumprimento de condicionantes e desempenho ambiental que a gente  
1394 estaria votando, a votação já foi fora da legislação, então eu acredito que colocar um ano aí que  
1395 é o mesmo do TAC ali seria viável, uma vez que a votação já foi totalmente fora dos critérios  
1396 pra revalidação de licença, um ano será que. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
1397 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – critérios, mas será que a legislação não nos dá  
1398 oportunidade na LO são prazos fixos de quatro ou seis anos, agora, pra LP e LI é que os prazos  
1399 são definidos até seis anos, até quatro, tem essa flexibilidade pra LP e LI e a LO a legislação  
1400 não faz flexão. CAPITÃO FERNANDO, POLÍCIA MILITAR – eu entendi aí a questão da  
1401 legislação, dos prazos e tudo, só estava comentando com relação aos critérios que são  
1402 realizados na votação, só continuar os mesmos critérios, a típico e deixar um ano. MARCO  
1403 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – eu entendo, nós temos o  
1404 comprometimento dele estar fazendo os cumprimentos, eu sei o problema da equipe técnica,  
1405 ela tem distribuir isso ao longo dos quatro anos da licença, só tem que você vai diminuir isso  
1406 pra um, que é o entendimento que todos os conselheiros tomaram e foi o comprometimento  
1407 aqui apresentado, agora, o monitoramento seu vai ser mais curto, mas em compensação vai ser  
1408 em cima da obra que eles vão estar realizando, nós temos períodos de chuvas que já está pra  
1409 chegar, então, você vai ter que ver Andréia, não é minha praia isso, mas acredito que cada  
1410 etapa do TAC ali que ele tem que cumprir que é uma condicionante, tecnicamente você vai ter  
1411 que ver como que você vai monitorar a partir daquelas adequações que ele tem que fazer,  
1412 acredito que seja assim, o que foi firmado foi o que todos conselheiros entenderam, você vai  
1413 diminuir os quatro, quer dizer, o educação ambiental você pode colocar ao longo da licença  
1414 mas os monitoramentos e outras coisas você vai ter que ver um prazo plausível com as  
1415 adequações que eles tem que fazer, com os equipamentos que ele tem que comprar, você sabe  
1416 que eles tem licitação dentro da empresa, lógico que eles vão ter que fazer cotação, entrega do  
1417 equipamento, instalação, isso tudo, eu acho que é um trabalho árduo que vocês vão ter, tanto  
1418 vocês como eles né, mas é tentar, não é minha praia, engenharia não é minha praia, mas



1419 acredito que seja isso. ISAQUES LUZIA NEVES, FEDERAMINAS – o gente, deixa eu falar  
1420 aí porque a minha fala, eu não tenho costume falar em público, então a questão emocional não  
1421 é do processo é de falar em público né, que não é minha praia e eu acho que a questão toda do  
1422 acompanhamento aí, é lógico que a preocupação nossa com o meio ambiente é muito grande,  
1423 tão grande como a social né, isso é uma questão bem nítida e eu acho que o acompanhamento  
1424 da equipe técnica, quer dizer, se a empresa não mudar o que vinha fazendo, eu acho que tem  
1425 toda uma autorização, quer dizer, pra multar e ter todo um comportamento de  
1426 acompanhamento, então nós estamos dando um novo crédito pra essa nova empresa e estamos  
1427 também, mas dando um crédito vigiado, eu acho que o município vai vigiar e também o estado  
1428 e todos os órgãos vão vigiar, nós não estamos dando para a empresa uma carta aberta né, pra  
1429 fazer o que quiser não, muito pelo contrário, nós estamos dando uma oportunidade, mas que  
1430 vai ser vigiado por todos os órgãos. MARIA HELENA, SUPRAM LESTE – gostaríamos de  
1431 colocar bem claro para todos os conselheiros, pra todos aqueles que aqui estão que o papel da  
1432 SUPRAM é exatamente dar suporte ao conselho e esse suporte, ele vai ser garantido no  
1433 monitoramento do TAC que nós assinamos com o empreendedor assim como também vamos  
1434 dar suporte ao voto de confiança que o conselho está concedendo a esse empreendedor, essa é a  
1435 nossa função e esse é o nosso objetivo, em momento algum a SUPRAM vai descuidar do seu  
1436 objeto que é fiscalizar, monitorar e garantir a qualidade ambiental, então estejam certos  
1437 senhores conselheiros que o papel da SUPRAM será feito totalmente de acordo com aquilo que  
1438 aqui foi votado, nós assinamos um TAC com esse empreendedor, TAC esse que vai ser  
1439 monitorado dia e noite e em qualquer momento que a SUPRAM entender que não está sendo  
1440 cumprido esse TAC, ele é cancelado, ele é caçado, o empreendedor é advertido, multado e o  
1441 empreendimento fechado, então é bom que todos saibam que esse TAC não é um TAC de  
1442 brincadeira, ele está previsto na ação civil pública então nós temos respaldo legal pra fazer esse  
1443 TAC, assim como também uma obrigação de vigiar esse TAC, isso vai ser cumprido como nós  
1444 estamos cumprindo com outros TAC's que nós firmamos, então a obrigação da SUPRAM  
1445 sempre foi feita tanto assim que eles foram autuados, foram multados e como é lei eles também  
1446 tiveram o direito de assinar um TAC, então não pense senhores conselheiros que a SUPRAM  
1447 irá descuidar de sua obrigação em momento algum, muito obrigada. ROBERTO CÉSAR,  
1448 DIRETOR DE OPERAÇÕES DA LEITE BOM – presidente, eu saio daqui então só com  
1449 entendimento, que eu saio com a licença legal de quatro anos, eu tenho um TAC com as  
1450 prerrogativas de um ano e aí nós vamos fazer condicionantes dos próximos três anos, correto,  
1451 que eu fiquei meio confuso, desculpe. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
1452 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – o que ocorre é que o prazo de validade da licença  
1453 revalidada pelos senhores conselheiros é de quatro anos, mas o seu prazo de adequação é de  
1454 um ano firmado no TAC, a adequação, monitoramento, certo, vai ter que pegar o quê, as  
1455 condicionantes que foram impostas na primeira licença, exato. ROBERTO CÉSAR, DIRETOR  
1456 DE OPERAÇÕES DA LEITE BOM – aí eu vou ter um monitoramento dos próximos três anos,  
1457 ok, entendi, desculpe. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE  
1458 MINEIRO – então vamos passar para o **item 10 . Processo Administrativo para exame de**  
1459 **Prorrogação de Prazo para Atendimento de Condicionante da Licença de Instalação:**  
1460 **10.1 Arcelormittal Brasil S.A. – Arcelormittal Monlevade / Siderurgia e elaboração de**  
1461 **produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa – João**  
1462 **Monlevade/MG - PA/COPAM/Nº 00023/1986/057/2008 – Classe 06 – Apresentação:**  
1463 **Supram Leste Mineiro.** ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – eu  
1464 queria fazer uma observação rápida aqui no item 2.2 que fala aqui, considerando que os  
1465 estudos sobre a pluma de dispersão das fontes, de emissões atmosféricas geradas, pelas  
1466 instalações atuais e futuras apresentada pelo RIMA são dados meteorológicos coletados pelo  
1467 estudo do IBGE, na realidade o IBGE não fornece as informações né, meteorológicas não, são



1468 mais o INMET, Instituto Nacional de Meteorologia, tá ok. MARIA APARECIDA, SUPRAM  
1469 LESTE – está pertinente a sua colocação. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA,  
1470 UNIVALE – ok, a segunda questão é que eles alegam aqui que o estudo climatológico eles  
1471 precisam de 12 meses, então só pra fazer um ajuste porque na realidade estudo climatológico,  
1472 você não faz com informações que ainda vão vir, você faz com informação que já foi, elas são  
1473 dados históricos, na realidade que se trabalha pra poder você ter idéia de direção de vento,  
1474 choca, evapotranspiração, e tudo mais. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE – sobre a sua  
1475 colocação, essa condicionante foi dada 120 dias quando da licença, então eles pediram essa  
1476 prorrogação justamente pra fazer esse levantamento, que seria de um ano no caso, pra ter esse  
1477 estudo completo. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – mas eles estão  
1478 pedindo uma prorrogação pra coletar mais dados. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE –  
1479 não, não, já é pra apresentação do relatório final. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA  
1480 COSTA, UNIVALE – já é o fechamento, então eles ficaram 12 meses coletando informações.  
1481 MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE – sim, um mês já só pro relatório final.  
1482 ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – tá, então eles vão mostrar dados  
1483 informativos desses doze meses. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE – dos estudos que  
1484 eles teriam que apresentar. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – tá,  
1485 mas a coleta foi feita de anos anteriores. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE –  
1486 exatamente, eles vão me apresentar esses estudos agora. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA  
1487 COSTA, UNIVALE – ok, a leitura aqui dava impressão que eles iriam coletar as informações  
1488 ainda para fazer. MARIA APARECIDA, SUPRAM LESTE – não, eles fariam esse  
1489 levantamento nesse prazo. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – só um  
1490 segundo ponto aqui na página 2, item 3, a condicionante 5, baseado nos valores de emissão de  
1491 material particulado, e dióxido de enxofre em que a estimativa futura de emissão desse  
1492 poluente será acréscimo de 317% e 571% de dióxido de enxofre, considerando problema do  
1493 dióxido de enxofre na atmosfera, aí vou voltar pro empreendedor, aumento de 572 de 71% é,  
1494 vocês já fizeram esse estudo do impacto, chuva ácida, questão próprio da população.  
1495 MARCOS VINÍCIOS, DA GERÊNCIA COORPORATIVA DA ARCELORMITAL  
1496 MONLEVADE – em relação a sua pergunta, o empreendimento está localizado no região  
1497 completamente um pouco afastada da cidade né, se você conhecer João Monlevade, o centro  
1498 industrial está fora do empreendimento, então esse prazo que nós pedimos de mais 30 dias, o  
1499 estudo já está em andamento, ele se encerra agora dia 30 de julho, foi justamente pra  
1500 complementar, consolidar dado de engenharia pra realmente chegar nas suas conclusões em  
1501 relação a esse processo, tá, então nesse momento com o advento da crise financeira nós  
1502 tivemos que reduzir a capacidade das instalações, foi feito um redimensionamento nos projetos  
1503 de engenharia, por isso desse apoio, desse ajuste né, nesse período de 30 dias aí, em relação a  
1504 esse processo, o que eu posso te assegurar é que apesar de termos um aumento considerável  
1505 como você foi colocar em 300% isso não está aferindo os limites legais estabelecidos pela  
1506 legislação. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO –  
1507 satisfeito conselheiros, mais nenhuma pergunta, então vamos colocar em votação, quem estiver  
1508 de acordo com a prorrogação da condicionante permaneçam como estão, APROVADA a  
1509 condicionante, prorrogação de prazo da condicionante. Próximo item 11, queria fazer uma  
1510 proposta pros senhores, como se trata de prorrogação de prazos pra atendimento de  
1511 condicionante de licença de operação considerando que a SUPRAM recomenda, concorda com  
1512 o pedido do empreendedor que é deferimento, eu sugeria julgar isso em bloco, somente que,  
1513 tem uma correção que foi solicitada pela SUPRAM o destaque 11.3 pela diretora Andréia, só  
1514 um destaque, só destaque, que depois do seu destaque a gente pode julgar isso em bloco.  
1515 ALICIELE, SUPRAM LESTE – gostaríamos de fazer uma retificação na página 9 do parecer  
1516 da Usiminas, o item 9, a última linha, onde lê-se obedecer cronograma apresentado nas



1517 informações complementares do RADA, leia-se obedecer cronogramas apresentado no ofício  
1518 meio ambiente (3- 21:07), nº 106/10. LAÍS FONSECA DOS SANTOS,  
1519 SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – então colocando em votação o **Processos**  
1520 **Administrativos para exame de Prorrogação de Prazo para Atendimento de**  
1521 **Condicionante da Licença de Operação: 11.1 Pedreira Rolim Ltda. / Extração de rocha**  
1522 **para produção de britas com ou sem tratamento – Alpercata/MG – PA/COPAM/Nº**  
1523 **03688/2005/001/2007 – Classe 03 – Apresentação: Supram Leste Mineiro. 11.2 Pedreira**  
1524 **Rolim Ltda. / Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento –**  
1525 **Ipatinga/MG – PA/COPAM/Nº 00324/1998/006/2007 – Classe 03 – Apresentação: Supram**  
1526 **Leste Mineiro. 11.3 Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMINAS S.A. / Siderurgia**  
1527 **e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa –**  
1528 **Ipatinga/MG – PA/COPAM/Nº 00038/1983/126/2007 – Classe 06 – Apresentação:**  
1529 **Supram Leste Mineiro.** em votação, quem estiver de acordo com a recomendação do  
1530 deferimento da prorrogação, há tempo, conselheiro, em qual? ALEXANDRE SYLVIO  
1531 VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – questão aqui da Pedreira Rolim, uma explicação, porque  
1532 que a solicitação de relatório anual, ao invés de semestral, já que as análises vão continuar as  
1533 mesmas. ANDRÉIA, SUPRAM LESTE – na verdade foi uma solicitação do empreendedor e  
1534 nós como órgão ambiental acatamos pelo fato de, não sei se o senhor reparou mas a gente pede  
1535 anual mas a frequência permanece a mesma, só o envio ao órgão ambiental que é anual, isso  
1536 porque a gente até vem adotando esse critério nos nossos pareceres de um tempo pra cá porque  
1537 facilita e a gente pede também anual mas que seja um relatório conclusivo e discutido, porque  
1538 hoje a gente tem uma realidade que vão mandando planilhas e planilhas mensalmente,  
1539 semestralmente e a gente tem uma grande dificuldade, até porque esses monitoramentos são  
1540 protocolados na SUPRAM, são encaminhados ao setor responsável na FEAM, tem um passivo  
1541 também enorme, então facilita, é até melhor pra gente ter uma visualização melhor, e a gente  
1542 também tem o cuidado de colocar uma frase no parecer onde qualquer eventual, algum fator  
1543 que ocorra, algum monitoramento que não é comum ele tem que imediatamente informar ao  
1544 órgão ambiental pra tomar as devidas providências. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA  
1545 COSTA, UNIVALE – se acontecer algum problema antes de um ano, seria isso. ANDRÉIA,  
1546 SUPRAM LESTE – durante o ano. ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE  
1547 – então, por exemplo, assim, o monitoramento é semestral mas o relatório é anual, se acontecer  
1548 alguma coisa o relatório que é entregue todo dezembro, se em fevereiro acontecer alguma coisa  
1549 ele tem que relatar, não é preciso o relatório chegar lá na SUPRAM não né, ele relata antes,  
1550 então tá. CAPITÃO FERNANDO, POLÍCIA MILITAR – só, você colocou se acontecer  
1551 algum problema, o relato é imediatamente, tem um prazo, 24 horas, cinco dias. ANDRÉIA,  
1552 SUPRAM LESTE – na verdade isso já é procedimento né, já é até lei, qualquer irregularidade,  
1553 qualquer emergência, o órgão deve ser imediatamente informado, então essa questão de enviar  
1554 relatório anualmente é até pra facilitar e pra tornar mais ágil até a análise desses auto  
1555 monitoramento, até pela questão de controle de infração, de geração de auto, facilita pra gente.  
1556 ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – senhores, a Usiminas aqui, pra  
1557 gente encerrar hoje né, ele pediu mudança de data de condicionantes, então está aqui, vários de  
1558 2010, 2012, passando pra adiante aqui, vários processos, eu nem marquei eles não, mas vocês  
1559 já estão a par disso, a pergunta que eu fico na dúvida é o seguinte, ele pede uma extensão  
1560 dessas condicionantes, e até lá como é que fica, entendeu, por exemplo, ele tem um prazo até  
1561 2012, ele vai pedir extensão até 2015, e até lá, continua poluindo, como que é o sistema de  
1562 fiscalização, é pra meu esclarecimento. ALICIELE, SUPRAM LESTE – na verdade são  
1563 adequações que ele está fazendo, e pra que a SUPRAM possa acompanhar né, querer  
1564 efetivamente estar realizando nós acrescentamos uma condicionante no parecer que é a  
1565 condicionante 23 que é enviar relatório de cumprimento das condicionantes, aí nós citamos





1566 todas elas descritas no parecer, todas que estão sendo alteradas o prazo e o prazo que nós  
1567 demos é que o primeiro relatório deverá ser protocolado em dezembro de 2010 e os demais  
1568 com frequência semestral pra que a SUPRAM esteja acompanhando as adequações que estão  
1569 sendo feitas. NIVIO, SUPRAM LESTE – complementando o que ela disse, o problema é o  
1570 seguinte, essas adequações, imagina a Usiminas você fazer com a usina operando, você retirar  
1571 parte de equipamentos dela e instalar novos, é muito complicado, é difícil, tem que fazer um  
1572 planejamento, por exemplo, tem etapas que vai ter paradas de produção da unidade, então você  
1573 tem que conciliar, quando houver aquelas paradas pra essas melhorias, realmente é melhorar,  
1574 trocar equipamentos numa usina funcionando é extremamente difícil, então por isso é que são  
1575 obras grandes, não são coisas pequenas, e na USIMINAS tudo é gigantesco, então por isso que  
1576 realmente é um trabalho difícil, caro, complicado, exige planejamento, então realmente esses  
1577 prazos que foram solicitados que realmente a coisa não é fácil. ALEXANDRE SYLVIO  
1578 VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – essas prorrogações de condicionantes depende de cada  
1579 caso, seria né. NIVIO, SUPRAM LESTE – sim, mas é isso, são obras imensas, ali como disse,  
1580 ali tudo realmente é difícil de fazer, então a solicitação é bem pertinente. MARCO ANTÔNIO  
1581 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – o empreendedor pediu pra se manifestar, além do  
1582 empreendedor que está aqui presente representando o grupo, é conselheiro também nesse  
1583 Conselho. PEDRO LUIZ, USIMINAS – boa tarde a todos aí, só reforçar aí a colocação que o,  
1584 reforçar não, desculpa, corrigir a informação aí, nós não estamos poluindo, é uma oportunidade  
1585 que a Usiminas reconhece de melhoria, a grande maioria dessas condicionantes está associadas  
1586 a emissões fugitivas são localizadas, pontuais e nós fazemos todo o monitoramento seja  
1587 atmosférico, hídrico, ruído e é mandado periodicamente ao órgão ambiental e qualidade do ar  
1588 hoje é mandado on line pra FEAM e pra Promotoria de Meio Ambiente de Ipatinga, estão  
1589 todos os padrões dentro da legislação, então é uma oportunidade, a gente reconhece que tem  
1590 oportunidade sim pra melhorar e isso que o Nivio e a equipe colocou é o fato, é complexo a  
1591 execução dos projetos que foram desenvolvidos e portanto a gente necessita dessa prorrogação.  
1592 ALEXANDRE SYLVIO VIEIRA DA COSTA, UNIVALE – então só pra esclarecer, eu não  
1593 estou realmente acusando a Usiminas de nada não, mas vocês estão dentro dos padrões, as  
1594 condicionantes, eles vem digamos pra, apurar mais isso, melhorar a situação, mas vocês estão  
1595 dentro dos padrões hoje. PEDRO LUIZ, USIMINAS – perfeito, e não estamos parados, existe  
1596 todo um trabalho seja de manutenção e operação que é contínuo, pra segurar todos os  
1597 parâmetros, esse trabalho é contínuo, e esses projetos que foram compromissados aqui na  
1598 época da renovação da licença nós entendemos que ele é pertinente, é uma oportunidade de  
1599 melhorar e estamos reforçando um compromisso, entretanto pedindo essa prorrogação de  
1600 prazo. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE MINEIRO – então  
1601 podemos colocar em votação, a prorrogação do prazo pra cumprimento das condicionantes  
1602 constantes dos itens 11.1, 11.2 e 11.3, quem estiver de acordo permaneça como estão,  
1603 APROVADA a prorrogação do prazo pra cumprimento das condicionantes da LO. **Assuntos**  
1604 **gerais**, algum assunto a ser apresentado. AFONSO LUIZ BRETAS, FAEMG – não é  
1605 propriamente um assunto, mas eu queria apresentar um colega da FAMEG aqui que é o  
1606 Guilherme, ele vem de Belo Horizonte aqui nos monitorando, fazendo uma pesquisa no  
1607 trabalho do COPAM. LAÍS FONSECA DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE NORTE  
1608 MINEIRO – ok, prazer, bem vindo, alguma manifestação, então, Maria Helena muito obrigada  
1609 pela recepção, agradeço aos senhores e deixo a minha surpresa de ver a união desse conselho,  
1610 derrubar um parecer, parabéns pela união, bom censo, preocupação com a sociedade, a  
1611 realidade nossa hoje é muito cruel pra estar submetida a determinadas burocracias, mas não  
1612 podemos infligir à legislação, muito obrigada gente, damos encerrada a reunião e até a  
1613 próxima.